



[Handwritten signatures and initials]

ATA N.º 15 – Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no Europarque, reuniu às 21 horas e 18 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 14 – Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2016;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2016;
- 4 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2015;
- 5 – Revisão Orçamental
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
 - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM
 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI;
- 6 – Relatório de Gestão e Contas de 2015 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. *(para conhecimento)*;
- 7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Arrifana;
- 8 – Regularização da ampliação e remodelação de uma unidade industrial – Tipo 3, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 850, em Santa Maria de Lamas, em que é requerente a empresa Amorim e Irmãos S.A.
 - Reconhecimento do interesse público municipal;
- 9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira;
- 10 – Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Santa Maria da Feira;
- 11 – Edifício da antiga Escola da Viela – Rio Meão
 - Constituição de direito de superfície;
- 12 – Pedido da Associação Empresarial de Santa Maria da Feira, de isenção de taxas de ocupação de espaço público;



ef.
I
MA

- 13 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2015-2016;-----
- 14 – Procedimento “Prestação de serviços profissionais de apoio à operação e dos projetos de evolução e modernização dos sistemas de informação do Pelouro de Planeamento, Urbanismo e Transportes” -----
- Autorização prévia para a assunção de compromisso; -----
- 15 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2015 (*para conhecimento*);-----
- 16 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira-----
- Designação de uma pessoa de entre cidadãos eleitores para substituição de Casimiro Loureiro Dias de Pinho (deliberação de 10/02/2012); -----
- 17 – Requalificação da Rede Vária do Concelho (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira.-----

Não estiveram presentes, nesta sessão, os Vereadores Eduardo Marques dos Santos Cavaco e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Dando início aos trabalhos, informou da entrada na Mesa de 4 documentos relativos a delegações de representação para a presente sessão, dos Presidentes de Junta das seguintes freguesias:-----

– Argoncilhe (PSD): delegando a representação no Vogal do Executivo – Jorge Fernando Pinheiro dos Reis;-----

– Fiães (PSD): delegando a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho;-----

– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD): delegando a representação



Handwritten signature and initials

no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís; -----
– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD):
delegando a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, em seguida, que os membros Rosa Maria Pinto da Silva, Maria de Fátima Bastos Oliveira, Manuel Ferreira Santos, Carla Adriana da Piedade Moreira Santos Pinto e Carla Marisa Pimentel Pereira, todos do grupo municipal do PS, solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade em estarem presentes – a deputada municipal Rosa Silva por motivos de ordem profissional, os membros Maria Oliveira, Manuel Santos e Carla Pinto por motivos pessoais, e a deputada municipal Carla Pereira devido a trabalhos no âmbito do doutoramento que está a realizar. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Rosa Silva informou que o cidadão seguinte da lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama, que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação à substituição da deputada municipal Maria Oliveira deu nota que os cinco cidadãos seguintes na lista do PS – Ricardo Daniel Bastos dos Santos, Armando de Sousa e Silva, Cátia Patrícia Silva Ferreira, Jorge Manuel Pintassilgo e António Ferreira Pinto – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Teresa de Oliveira Pereira, que se encontrava presente para o efeito. -----

Deu ainda nota que, nos termos legais, os membros Manuel Santos e Carla Pinto eram substituídos pelos cidadãos seguintes da mesma lista, os cidadãos Feliciano Martins Pereira e Fernando Ferreira de Sousa, respetivamente, que se encontravam presentes para o efeito. -----

Em relação à substituição da deputada municipal Carla Pereira informou que, uma vez que não se encontrava presente mais nenhum dos cidadãos seguintes da lista do PS, não seria possível operacionalizar essa substituição. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 49 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo grupo municipal do PSD:-----



Handwritten signature and initials.

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Fernando Moreira; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Justino de Amorim Pinto; Juliana Canedo Rocha; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Jorge Fernando Pinheiro dos Reis; Arrifana – Delfim Manuel Oliveira Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – Paulo Sérgio Valinho Luís; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

Pelo grupo municipal do PS: -----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Margarida Arcelina Assunção Alfama; Teresa de Oliveira Pereira; Feliciano Martins Pereira; Fernando Ferreira de Sousa, e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiães – Augusto de Pinho Santos; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Adriano Manuel Pereira de Freitas; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira; -----

Pela CDU: Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válder José Mendes de Amorim; -----

Independente: Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver. -----

Entraram, no decorrer da sessão: António André da Silva Topa (PSD), Márcio Santos



Correia (PS); Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (PSD); e Manuel Jacinto da Conceição Moreira – Presidente da Junta de Freguesia de Romariz (PSD). -----

Faltou à sessão, sem ter sido possível operar a substituição: Carla Marisa Pimentel Pereira (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016: -----

- “E-mail da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando conhecimento da alteração da Presidência daquela Comissão, tendo sido eleita em reunião da comissão alargada de 26/02/2016, como nova Presidente, Lúcia do Rosário Pereira Ribeiro da Silva – representante do Ministério de Educação, e nomeada como Secretária, Daniela Raquel de Oliveira Caprichoso – elemento cooptado enquanto cidadã; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo fotocópia de 3 moções, 1 proposta e 1 recomendação, que foram aprovadas por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016, designadamente: -----
 - Moção “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”, apresentada pelo BE, -----
 - Moção “Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo BE, -----
 - Moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”, apresentada pela CDU, -----
 - Proposta “Cidade Amiga das Crianças – Santa Maria da Feira”, apresentada pela CDU, -----
 - Recomendação “Política de prevenção de inundações e danos provocados pelas intempéries no Concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo PS (ponto n.º 6



Handwritten signature and initials

- da Ordem do Dia); -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016, às seguintes entidades: ----
 - Sr. Ministro da Saúde, -----
 - Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, “Os Verdes”, e ao deputado único do PAN;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do jornal “Terras da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, fotocópia da moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do jornal “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, fotocópia da moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016; -----
 - E-mail da CaveDigital – Consultadoria e Soluções Informáticas, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando agendamento de reunião para apresentação da solução Smart Governance, que possibilita a desmaterialização e agilização de ecossistemas de tomada de decisão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Adriana Cardoso, informando a que o pedido de suspensão de mandato que apresentou, até ao dia 30 de junho de 2016, foi aprovado na sessão realizada por este Órgão no dia 26 de fevereiro de 2016, pelo que seria substituída, nos termos legais, pela cidadã que segue na lista da mesma força partidária (PSD) – Juliana Canedo Rocha;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Juliana Canedo Rocha – cidadã seguinte da lista do Partido Social Democrata para este Órgão, informando-a que passaria a substituir, nos termos legais, a deputada municipal Adriana Cardoso, até ao dia 30/06/2016, na sequência do pedido de suspensão de mandato feito pela mesma e que foi aprovado na sessão realizada por esta Assembleia no dia 26 de fevereiro de 2016;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata, informando que a deputada municipal Adriana
-



Cardoso pediu a suspensão do mandato até ao dia 30/06/2016, o qual foi aprovado por esta Assembleia na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016, pelo que, nos termos legais, é substituída pela cidadã que se segue na lista da mesma força partidária – Juliana Canedo Rocha; -----

- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de fevereiro de 2016; -----
- Ofício da Auditora-Coordenadora da Direção-Geral do Tribunal de Contas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar do Despacho Judicial n.º 13/2015-EC – 2.^a Secção do Tribunal de Contas – Área VIII – Prestação eletrónica de contas do exercício de 2015 ao Tribunal de Contas; -----
- Convite do Sr. Provedor da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a sessão comemorativa do 517.º aniversário da SCMP, que teve lugar no passado dia 11 de março de 2016; -----
- Convite do Secretariado Diocesano da Pastoral da Saúde, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Peregrinação dos Frágeis, que teve lugar no passado dia 17 de abril de 2016; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos convenientes, algumas das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2016, apresentadas pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia; -----
- E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016;--
- Convite do Sr. Presidente do Clube Desportivo Feirense, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na XV Gala do CD Feirense, realizada no passado dia 18 de março de 2016;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Clube Desportivo Feirense, confirmando a sua presença na XV Gala do CD Feirense, realizada no dia 18 de março de 2016; -----



- Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas Cerimónias da Quinta-feira Santa, realizadas no passado dia 24 de março de 2016;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta que os Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia dirigiram ao Ministério do Ambiente sobre a recuperação da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos (Ovar/Espinho);-----
- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 de março de 2016; -----
- Ofício da Sr.^a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia designe alguém de entre cidadãos eleitores para substituir o Sr. Casimiro Loureiro Dias de Pinho, que havia sido designado para a modalidade alargada daquela Comissão, dada a sua falta de disponibilidade para continuar a colaborar com a CPCJ; ----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos no artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, o Relatório de Avaliação do ano de 2015; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016;--
- Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Criação de condições para um melhor funcionamento do ACES Feira/Arouca”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 26 de fevereiro de 2016;--
- E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Transporte escolar realizado sem condições de segurança”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo



- membro Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Transporte escolar realizado sem condições de segurança”;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer o agendamento da discussão em plenário do Projeto de Lei apresentado por quele grupo parlamentar, que estipula o número máximo de alunos por turma, evento esse realizado no passado dia 7 de abril de 2016;-----
 - Convite da Sr.^a Presidente da Universidade Sénior de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Semana Cultural “Laços de Cultura em Rede”, que se realizou de 11 a 15 de abril de 2016;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Resolução do PEV que preconiza a interdição do uso do glifosato, apresentado na Assembleia da República pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia;-----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 95.º Aniversário daquela Associação, a realizar no dia 1 de maio de 2016;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para a audição pública parlamentar sobre “Políticas Públicas para a Promoção de uma Floresta Sustentável”, realizada no passado dia 26 de abril de 2016;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre “Poluição atmosférica em Mozelos, Santa Maria da Feira”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2016, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2016, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----



- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de março e 4 de abril de 2016; -----
- E-mail do membro Manuel Ferreira Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos regimentais;-----
- E-mail de Telmo Gomes (cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, por se encontrar ausente do país, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
- E-mail da deputada municipal Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, do assunto “Requalificação da Rede Viária do Concelho”;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Resolução do PEV sobre a atualização do Programa Nacional de Vacinação, apresentado na Assembleia da República pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 25 de abril de 2016 (imediatamente a seguir à Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril);-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2016;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2016;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta



-
- sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2016; -----
- Convite da Fundação World Press Photo, da Revista Visão e da Fundação EDP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração da exposição World Press Photo 16, que se realizou no passado dia 27 de abril de 2016; -----
 - Convite do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres e do Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a cerimónia comemorativa do 40.º aniversário daquele Regimento, a realizar no dia 4 de maio de 2016; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – António Valdemar Ribeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, delegando a sua representação no Vogal daquele Executivo – Manuel Pinho; -----
 - E-mail da deputada municipal Maria Bastos Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pedindo a sua substituição nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016; -----
 - E-mail da deputada municipal Carla Adriana Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, por motivos pessoais, pedindo a sua substituição na mesma; -----
 - E-mail da deputada municipal Rosa Maria Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, por motivos de ordem profissional, pelo que seria substituída na sessão, nos termos previstos legalmente; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à empresa OPS Transportes, Unipessoal, Lda., informando, no seguimento da exposição feita pela mesma sobre “Sinal de trânsito na rua da Cinquenta, freguesia de Nogueira da Regedoura”, que, após informação obtida da Câmara Municipal sobre o assunto, o respetivo processo/estudo de sinalização será submetido a reunião de Câmara para aprovação para, depois, ser presente à Assembleia Municipal, numa das próximas sessões, para esta deliberar sobre essa mesma matéria; -----
 - E-mail da deputada municipal Carla Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
-



informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, devido a trabalhos no âmbito do doutoramento que está a realizar, solicitando a sua substituição na sessão, ao abrigo das disposições legais; -----

- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Coimbra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, delegando a sua representação no Vogal daquele Executivo – Jorge Fernando Pinheiro dos Reis; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de uma moção apresentada pelo PSD, uma moção e uma recomendação apresentadas pelo PS, três moções e um voto de condenação apresentados pela CDU, duas moções e duas recomendações apresentadas pelo BE, e uma moção apresentada pelo CDS-PP – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA DEFESA DO TRABALHO EFETUADO PELO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO -----

O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação. -----

Santa Maria da Feira tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não Estatal que presta serviço público de educação. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos. -----



No nosso Concelho temos uma escola que, não sendo do Estado, é da Comunidade. Falo do Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas. Esta escola nasceu e cresceu numa zona do Concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. Durante anos fez um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação nessa zona do Concelho.-----
Mas esta escola tem uma característica única no nosso Concelho que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo uma escola privada, faz oferta de ensino público. -----
É unânime que o trabalho desenvolvido por esta escola é de grande qualidade. Isto está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos. -----
Com a atual equipa governativa foi declarado o ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante cerca de 40 anos é agora ignorado e atacado, com possibilidade de corte de turmas que poderão rondar os 50%. -----
Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual executivo vem agora defraudar estas expectativas. Este é um ataque de morte ao Ensino Particular e Cooperativo e que poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários. -----
O Governo pretende assim acabar com a escolha dos alunos, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo e obrigando a transferências em massa para outras escolas mesmo não sendo a sua primeira escolha, por uma questão puramente ideológica. -----
Está em causa dezenas de postos de trabalho nesta escola, desde docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento do estabelecimento de ensino, por falta de viabilidade financeira. -----
É todo um Concelho que fica mais pobre e com mais desemprego. Mas é especialmente uma freguesia que tem um núcleo de serviços e pequenos negócios ancorado nesta escola que vai morrer. Está em causa muito mais que uma deslocação de alunos; é toda uma comunidade que é atacada e toda uma história, também de serviço público. -----
Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para o nosso Concelho, pois além de uma escola com o



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

prestígio que tem o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, é toda uma dinâmica cultural e económica, criada na freguesia de Santa Maria de Lamas e vizinhas, que se vai perder. -----

Este foi apenas um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixamos aqui o compromisso de que, através dos nossos Deputados na Assembleia da República, iremos bater-nos para que estes projetos educativos tenham futuro e evitar o ataque a toda uma comunidade.-----

Assim a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril delibera:-----

1- Que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso; -----

2 - Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas;-----

3 - Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – 1.º DE MAIO -----

A 1 de Maio comemora-se o dia do Trabalhador. Ficou para a História a greve geral e as manifestações dos trabalhadores de Chicago que em 1886 reivindicaram uma jornada de trabalho de 8 horas diárias. -----

O Dia do Trabalhador representa a luta e conquista de direitos dos trabalhadores contra a exploração a que são submetidos. Não é por acaso que este dia apenas se tenha comemorado livremente em Portugal depois do 25 de Abril. Porque até lá a lei era a exploração. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira deve deixar uma palavra de solidariedade a todas e todos os trabalhadores do concelho e deve assumir uma postura de defesa dos seus direitos, já que foram os mais sacrificados pelas políticas de austeridade. -----

Nos últimos anos verificou-se uma acentuada perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores desde o 25 de abril. Os salários desvalorizaram-se, emergindo uma nova



geração denominada de geração dos 500€.-----
Os jovens viram o seu futuro a esvanecer-se, sendo a precariedade, o desemprego e a emigração as saídas que lhe foram oferecidos nos últimos anos.-----
As conquistas que gerações de trabalhadores conquistaram – muitas vezes com a sua própria vida – estão a ser desmanteladas, piorando as condições de vida dos trabalhadores para conseguir concentrar a riqueza na mão de meia dúzia.-----
Perto das comemorações do 1º de Maio urge pugnar por um combate efetivo à precariedade laboral, exigir o fim da utilização dos Trabalhadores com Contratos de Emprego Inserção (CEI) e CEI+ como mão-de-obra barata ou de graça. Reforçar a contratação coletiva, que foi literalmente esmagada pelo anterior governo. Esvaziar definitivamente as discriminações salariais entre homens e mulheres.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de abril de 2016, delibera:-----

1. Associar-se à celebração e às manifestações do 1.º de Maio, por um salário justo e por um emprego com direito.-----
2. Que na defesa dos trabalhadores feirenses, devem ser extintas as medidas de austeridade que cortaram salários e devem ser rejeitadas todas as medidas que coloquem em causa a segurança social.”-----

“MOÇÃO – SOLIDARIEDADE COM ATIVISTAS ANGOLANOS-----

O processo contra Luaty Beirão e restantes ativistas angolanos (17 no total) foi concluído no dia 28 de março de 2016. Todos eles tiveram sentenças entre os 2 e os 8 anos de prisão.-----
Os ativistas foram condenados por terem participado e promovido uma leitura coletiva do livro “Da Ditadura à Democracia”. Ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.-----
Ilegalmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve de fome para chamar a atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas. Luaty Beirão, com raízes familiares no concelho fez a greve de fome mais longa, 36 dias.-----

A Amnistia Internacional já se pronunciou publicamente em defesa dos ativistas, alegando



que o grupo dos “15+2” estavam “pacificamente reunidos para discutir preocupações de política e governação sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, que está no poder há 36 anos”. Existiu mesmo uma campanha internacional apelando para a defesa da liberdade de expressão e defendendo a libertação dos ativistas. Contudo, o regime político angolano não se inibiu de levar por diante a encenação judicial e concluir com penas de prisão todo um processo que violou recorrente e deliberadamente a própria lei angolana e o direito internacional. -----

Assim, a Assembleia da Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 29 de abril de 2016, delibera prestar solidariedade aos ativistas políticos angolanos, repudiando o processo judicial e os atropelos aos direitos humanos e apela à sua libertação.” -----

“RECOMENDAÇÃO – POR ESPAÇO PÚBLICO LIVRE DO CARCINOGENEO “GLIFOSATO” -----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o glifosato como “carcinogéneo provável para o ser humano”. O glifosato é o herbicida mais utilizado no país e também no planeta. A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano. -----

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva. É de venda livre e fácil acesso. Em 2012, foram aplicadas 1.400 toneladas deste tipo de pesticida no país. A sua utilização efetua-se ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante. Em Portugal, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos. -----

Em Santa Maria da Feira, durante o ano de 2015, a empresa SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, responsável pela de recolha de resíduos sólidos e da limpeza urbana, usou no espaço público e nas vias de comunicação 838 litros, do produto da marca Montana, cuja substancia ativa é o glifosato. -----

Várias autarquias - de perfil mais urbano ou mais rural - já abandonaram o uso de glifosato ou têm planos para o abandonar, o que significa que deixar de usar este pesticida é não só uma necessidade, mas também uma possibilidade. Santa Maria da Feira deve estar na linha da



frente da proteção da saúde da população e deixar de lado o uso deste composto.-----

Já em março de 2014, a Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora lançaram um apelo público para que as autarquias portuguesas deixem de usar glifosato nos espaços urbanos, alertando para o risco ambiental e para a saúde pública desta prática generalizada no país. ----

O glifosato representa um risco para a saúde pública. É imperioso a promoção de espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com o recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Nesse sentido apresentamos a presente proposta de recomendação. A população de Santa Maria da Feira não pode ser exposta a este carcinogéneo nos espaços públicos quando há alternativa.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua reunião ordinária de 29 de abril de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1. Que estude e implemente um plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;-----
2. Que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos em Santa Maria da Feira.” -----

“RECOMENDAÇÃO – POR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O BEM-ESTAR ANIMAL -----

A atual legislação coloca os municípios no centro de decisão no que respeita aos direitos dos animais, estando os mesmos obrigados a corresponder às atribuições e competências que a lei lhes confere nesta matéria. Consideramos que o Município de Santa Maria da Feira não tem dado cumprimento às suas obrigações em matéria de direitos dos animais, pelo que apresentamos este conjunto de propostas. -----

De acordo com os dados fornecidos pelo Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, que abrange os concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra, em resposta a um questionário da Comissão da Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH), informou que nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 abateu 3235 animais. -----

Estes números comprovam que a ausência de políticas capazes de evitar mais sofrimento e desrespeito pelo bem-estar dos animais por parte de quem tinha a responsabilidade de os



albergar, tratar e preferencialmente encaminhar para adoção, evitando o abate. -----
É do conhecimento público a existência de várias populações de animais errantes no concelho, o que representa um perigo para a saúde pública e para a sanidade animal. Infelizmente a autarquia quando intervém limita-se a uma única solução – o abate dos animais. -----

Um grande passo foi dado com a criminalização de maus-tratos a animais de companhia, mas estamos cientes que ainda há muito para fazer no que diz respeito à condição dos animais. -----
Consideramos que é necessário implementar novas formas de lidar com a sobrepopulação de animais. O recurso injustificado e indiscriminado ao abate, não pode continuar a ser a única forma de controlo de populações animais. De acordo com os dados da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), o número de cães e gatos errantes continua a aumentar o que demonstra que esta política não é eficaz. Além de ineficaz para o controlo das populações errantes, a política de abate encontra-se ultrapassada como método de controlo da raiva e outras zoonoses, tendo já sido desaconselhada pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela World Society for Protection of Animals (WSPA) pelos maus resultados obtidos. Por seu turno, estas instituições defendem a prática da esterilização como alternativa a apostar. -----

Um estudo levado a cabo pela Universidade do Porto demonstrou que cada canídeo custa a um município cerca de 60 euros, incluindo neste montante os custos de alimentação, recolha, eutanásia e incineração. Já o custo real de uma esterilização destes animais é de cerca de 15 euros. A diferença no caso dos gatos tem proporções ainda maiores. -----

Assim, consideramos que a alternativa ao abate assenta na implementação de medidas que passem pela esterilização e pela adoção consciente de animais de companhia existentes em centros de recolha como sejam os canis e gatis. -----

A proposta que hoje aqui apresentamos, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 69/2011 aprovada por unanimidade, visa fazer o caminho dessa alternativa. Tem como objetivo acabar com a política de erradicação de cães e gatos baseada no abate anual de centenas de animais. Visa a condenação ética do abate, porque é desvalorizadora da vida e banalizadora da violência. Procura apresentar soluções para a efetiva resolução dos problemas de reprodução e de abandono existentes, assim como implementar campanhas de esterilização por parte da autarquia. Defende aliás a esterilização como meio privilegiado de controlo de natalidade canina/felina. É imperativo apostar num centro de recolha municipal –



canil – que adote a política de que todos os animais têm direito à vida, em condições essenciais de saúde e bem-estar. A que a todos os animais do município assista o direito a cuidados médico-veterinários adequados à sua situação, tratamentos, intervenções cirúrgicas (como esterilizações) e aconselhamento veterinário, com custos para munícipes e associações da causa animal de acordo com a sua capacidade económica. -----

A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 29 de abril de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1. Que institua a definição de “animal comunitário”: o animal que seja cuidado no espaço ou via pública, cuja guarda, detenção, alimentação e/ou cuidados médico-veterinários são assegurados por uma pessoa ou grupo de pessoas que constituam uma parte de uma comunidade local de moradores; bem como de “bem-estar animal”: o estado de equilíbrio fisiológico e etológico, assim como a ausência de dor ou sofrimento do mesmo, tendo em conta as suas características e necessidades naturais;-----

2. Que o abate de animais apenas possa ser efetuado quando essa seja a via única e indispensável para eliminar a dor e sofrimento irrecuperável do animal, e nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro; -----

3. A promoção de programas CED (Captura, Esterilização e Devolução) em colónias de animais de rua estabilizadas; -----

4. Que inicie com carácter de urgência a construção ou adaptação de um canil/gatil que disponha de todas as condições higieno-sanitárias legais e que proporcione boas condições aos animais aí retidos; -----

5. A progressiva utilização do canil como solução temporária, priorizando um sistema que garanta famílias de acolhimento e adoção responsável; -----

6. A esterilização de todos os animais abrigados no canil intermunicipal, sendo a esterilização realizada no próprio local, assegurando a saúde pública e a não proliferação de animais errantes;-----

7. Que crie uma rede de comunicação no Município que una as associações e cidadãos na partilha de informações, anúncios de adoção, divulgação de eventos e de ações; -----

8. Promova campanhas de sensibilização contra o abandono dos animais e de promoção da adoção responsável dos animais recolhidos, bem como da importância da esterilização de animais de companhia; -----



9. Promova a formação, sensibilização e a inclusão da temática animal na comunidade educativa (em projetos escolares, formação cívica, sessões de esclarecimento) para voluntários, técnicos, famílias de acolhimento, forças da autoridade e população em geral.”----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – 1.º DE MAIO -----

Há 130 anos, centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pelo tríptico 8/8/8 - 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas para lazer e outras atividades. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. -----

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores. -----

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.-----

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social. -----

A Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos feirenses, só pode estar em defesa dos trabalhadores do concelho, exigindo mais justiça social, trabalho com direitos e salários dignos. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 29 de abril de 2016,



delibera: -----
• Saudar e manifestar o seu apoio às iniciativas populares e demais atos comemorativos do 1.º de Maio e apelar à população do Município feirense para que a elas se associe;-----
• Reafirmar os valores históricos da vitória da Liberdade e da Democracia na vida de todas e todos os portugueses, bem como daqueles que conosco vivem e trabalham;-----
• Manifestar-se junto dos órgãos de soberania pela defesa do trabalho com direitos, pelo investimento público no município, pela defesa dos postos de trabalho no concelho.” -----

“MOÇÃO – ENCERRAMENTO DE BALCÕES DA CGD NO MUNICÍPIO-----

No passado mês de março, encerraram dois balcões do banco público Caixa Geral de Depósitos sem que nada o fizesse crer. -----

O encerramento dos balcões de Fiães e Cruz, não tendo sido caso isolado no país, motivam a mais viva indignação e descontentamento, já que estamos na presença de serviços essenciais para as populações e igualmente para os pequenos e médios empresários, que se veem assim privados inopinadamente de dois balcões da CGD.-----

O referido fecho, provocará inevitavelmente uma ainda maior concentração dos serviços bancários, em claro prejuízo do acesso aos mesmos para os feirense, dado que o município é deficitário no respeitante a transportes públicos. Além disso, este ato da CGD terá, também, sérias repercussões sociais, pois como é sabido, por uma nova vaga de despedimentos neste sector e da destruição de mais postos de trabalho no Concelho. -----

Pelo facto de se tratar de um banco público, os dados acima referidos tornam estes encerramentos ainda mais graves, principalmente porque deveria, em primeiro lugar, estar ao serviço do povo. -----

O degradar, assim, da qualidade do serviço prestado pela banca pública, mais uma vez se dá argumentos e força ao sector privado. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de abril de 2016 delibera: -----

1. Manifestar-se contra o encerramento dos balcões da CGD do município; -----
2. Defender os serviços públicos existentes no município. -----

Mais delibera ainda: -----

Enviar o respetivo documento ao Senhor Primeiro Ministro, à Caixa Geral de Depósitos e a



divulgar juntos da comunicação social local.” -----

“MOÇÃO – PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS -----

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei n.º 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa. -----

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. -----

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. -----

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias. -----

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de abril de 2016 delibera: -----

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.” -----

“VOTO DE CONDENAÇÃO -----

O Mundo tem testemunhado, recentemente, a vários ataques terroristas que pela sua carga



violenta têm vitimado inocentes e horrorizado todos os cidadãos. -----
Dada a frequência, deste tipo de ataques, e da sua distribuição geográfica (principalmente na Ásia, África e Europa) torna-se impossível homenagear todas as vítimas. Porém dado o caráter de proximidade entre o povo português e belga, importa lembrar que no passado mês de março, no aeroporto de Zaventem e na estação de metro de Maelbeek, em Bruxelas, mais de trinta cidadãos inocentes perderam a vida e mais de duzentos ficaram feridos.-----
O terrorismo, quaisquer que seja as suas causas, formas e objetivos proclamados, serve sempre as estratégias e os interesses mais reacionários e sinistros, sendo inseparável das políticas de exploração e opressão e da lógica do militarismo e da guerra. -----
O Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, delibere: -----

1. Condenar firmemente os atentados ocorridos nos últimos dias na Bélgica, e expressar a sua consternação e os sentimentos de pesar aos familiares das vítimas, assim como a sua solidariedade ao povo belgas; -----
2. Condenar a instrumentalização de sentimentos genuínos de indignação, para a seu coberto se promoverem sentimentos racistas e xenófobos, que têm alimentado o crescimento de forças de extrema-direita e de cariz fascista na Europa. -----
3. Remeter o presente voto de condenação para: -----
 - Embaixada da Bélgica em Portugal; -----
 - Município de Bruxelas.” -----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA ADOÇÃO ANIMAL -----
Num Concelho que pretende afirmar-se como Concelho competitivo e respeitador de princípios, não pode ser continuado o flagelo da prática de abate animal no Canil Municipal. --
Os animais são parte integrante da sociedade e cada vez mais, têm um papel preponderante. Das terapias à companhia fiel e pessoal, estes seres são merecedores do nosso respeito e direito à vida. O que a natureza dá, não pode o homem negar. A vida humana e animal é um direito individual, não nos cabe a nós servir de advogados do diabo e decidir quem vive e quem morre.-----



Handwritten signatures and initials

Nesse sentido, percebendo a dificuldade em garantir adoções e controlar a reprodução, vimos a esta Assembleia propor estratégias. -----

Propomos estratégias que garantam o direito à vida condigna e, simultaneamente promovam a adoção e o controlo de gestão face à reprodução descontrolada.-----

A Assembleia Municipal, reunida em 29 de abril de 2016, recomenda à Câmara Municipal: ---

1. Criação de um grupo/comissão/equipa de trabalho para elaboração de uma carta de estratégia;-----
2. Criação de uma brigada de socorro municipal, 24 horas devidamente equipada, para animais errantes acidentados; -----
3. Elaboração de protocolos com a Faculdade de Medicina Veterinária, de forma a aumentar o serviço prestado no canil municipal e diminuir os custos de tratamento para famílias mais carenciadas; -----
4. Campanhas de apelo a adoção com informação de apoios municipais que são garantidos mediante adoção. -----

Em caso de adoção de animais do canil municipal e/ou associações feirenses dedicadas, propõe-se: -----

1. Isenção de taxa do primeiro registo de canídeo para quem fizer adoção;-----
2. Isenção da taxa do primeiro registo, durante um período de trinta dias, após publicação do Edital, para quem não tenha cumprido com este requisito legal; -----
3. Comparticipação Municipal em tratamentos, medicamentos e vacinas; -----
4. Oferta de esterilização do animal, antes da adoção efetiva.” -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO -----

CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO -----

É reconhecido o esforço que, ao longo das últimas décadas, o município de Santa Maria da Feira tem vindo a realizar na área da educação. De resto, o papel do município enquanto agente ativo na modernização do seu parque escolar, no envolvimento ao nível do desenvolvimento dos projetos educativos dos diversos estabelecimentos de ensino ou no apoio à atividade letiva tem sido, não raras vezes, apontado como prática de excelência a nível



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten signature]

nacional. -----
A política adotada pelos sucessivos executivos municipais tem assentado numa lógica de modernização das infraestruturas escolares, como comprovam as intervenções realizadas ao nível dos estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar, a aposta na construção dos modernos Centros Escolares para o 1.º ciclo e pré-escolar, as intervenções de requalificação realizadas nas EB2,3 do concelho ou a construção da nova EB 2,3 Fernando Pessoa. -----
A unanimidade dos resultados monitorizados neste domínio colocam hoje, Santa Maria da Feira numa posição de vanguarda na comparação com os demais municípios portugueses. ----
O município de Santa Maria da Feira entende que à Educação está reservado um papel determinante na construção de uma sociedade que se quer mais justa, mais solidária e mais coesa.-----
Ao longo deste período, a população de Santa Maria da Feira conseguiu atingir um maior e mais adequado nível de qualificações, predicado esse que, quando colocado ao dispor do tecido produtivo local, tem permitido a diversificação, solidificação e crescimento da economia do município.-----
Entendemos que os desafios atuais, profundamente baseados numa feroz competitividade, só serão ultrapassáveis se as políticas públicas souberem investir na Educação. -----
Reconhecemos que o salto qualitativo protagonizado por Santa Maria da Feira na área da Educação muito deve ao esforço e dedicação dos corpos docente e não docente dos estabelecimentos de ensino do município, sem esquecer, ainda, o envolvimento de pais e alunos. -----
No entanto, e a este propósito, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata entende não poder esquecer o papel que, desde há 4 décadas a esta parte, tem vindo a ser protagonizado pelo Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, cuja atuação, pese embora seja uma entidade de ensino particular, sempre desempenhou serviço público. -----
Ao longo de mais de 40 anos, e graças a um permanente esforço do seu corpo docente e a uma visão da sua direção, o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas conseguiu tornar-se uma instituição de ensino de referência. Ao longo da sua história, o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas tem sido uma escola essencial no garante da diversificação da oferta educativa local e foram muitos os milhares de crianças e jovens que ali se tornaram homens e mulheres, alguns dos quais se têm notabilizado, nacional e internacionalmente, em diversas áreas. -----



As notícias dos últimos dias dão conta de que o Ministério da Educação se apresta para proceder a uma alteração significativa aos contratos de associação celebrados com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, fazendo frustrar, sem que tenha havido lugar a audiência dos interessados (conforme determina o enquadramento legal em vigor) o concurso de atribuição de apoio financeiro do Estado destinado à seleção das entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que reuniam as condições e requisitos necessários à celebração de contratos de associação para os anos letivos de 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018. -----

No seguimento de um importante consenso social e político, numa tentativa de conferir estabilidade e previsibilidade às comunidades educativas, o governo anterior estabeleceu um concurso com três anos de entradas de alunos no início de cada ciclo de ensino. -----

Nos últimos dias, a Secretaria de Estado da Administração Escolar tornou pública a posição de que o Governo não encara os contratos assinados como sendo plurianuais, sendo que, por isso, não haverá direito a constituir novas turmas em início de ciclo em Setembro de 2016. ----
Esse processo não completou, ainda, 1 ano e já o governo das esquerdas faz implodir a confiança no Estado.-----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata entende que esta intenção do Governo é ilegal porque viola o princípio da confiança e da previsibilidade para com os parceiros educativos, de entre os quais o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas. -----

Adicionalmente, a aplicação desta decisão do Governo resultará no encerramento imediato ou a curto prazo de grande número de colégios com contrato de associação, de entre os quais o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, com o conseqüente desemprego de um número considerável de docentes e não docentes, bem como num forte delapidar da oferta formativa do concelho.-----

“Palavra dada é palavra honrada”, ouvimos todos dizer há bem pouco tempo. No entanto, os mesmos que proferiram tal afirmação são os mesmos que agora fazem por esquecer compromissos assumidos. -----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata entende que a decisão do Governo em promover a alteração do regime de frequência e matrículas das escolas de ensino particular e cooperativo, para além de contrariar o espírito do concurso público de atribuição de apoio financeiro do Estado destinado à seleção das entidades proprietárias de estabelecimentos de



ensino particular e cooperativo, se mostra particularmente lesivo para os interesses do concelho e sua população jovem, dado representar, necessariamente, a interrupção de percursos educativos e a desvalorização territorial de Santa Maria da Feira. -----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal a aprovação da presente moção e que dela seja dado conhecimento à Presidência do Conselho de Ministros e ao Ministério da Educação com vista à revogação imediata da norma do Despacho Normativo n.º 1-H/2016 que acrescenta um número 9.º ao artigo 3.º do Despacho Normativo 7-B/2015 de 7 de Maio e ao cumprimento dos contratos plurianuais celebrados.” -----

Interveio o membro *Valdemar Silva* – Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo (PS) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO DE UM POLO USF ARGONCILHE A FUNCIONAR NAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO POSTO MÉDICO DE SANGUEDO -----

Considerando que na sequência do encerramento do Posto Medico de Sanguedo, há pessoas idosas, bem como outras carenciadas que não estão a ir às consultas à USF Argoncilhe, por não terem dinheiro para pagar táxi ou outro meio de transporte. Alguns vão a pé, percorrendo uma distância que leva mais de uma hora para cada lado, sendo os próprios doentes as vítimas desta situação; -----

Considerando que não existe transportes públicos, para a zona da USF Argoncilhe, uma vez que as transportadoras não operam para esse local;-----

Considerando que o espaço que estava ocupado pelo Posto de Saúde de Sanguedo, está em perfeitas condições de funcionamento, sem barreiras de mobilidade de qualquer tipo; -----

Considerando que a ocupação desse espaço para a atividade de saúde era e é totalmente gratuita;-----

Considerando que o edifício foi construído com a finalidade de ocupação de Posto Médico e pago com dádivas e peditórios dos Sanguedenses;-----

Considerando que os utentes de Sanguedo, espalhados pelas diversas USF’s do Concelho, bem como do Concelho vizinho (Sandim-V.N.Gaia) são cerca de 4.000, alguns a serem tratados como “estrangeiros”, para não dizer de 2.ª, estão revoltados, pois sentem-se discriminados, dado só este Posto Médico ter fechado;-----



Considerando que queremos ser tratados por igual, exigimos que seja reposta a situação anterior ou outra solução que minimize os custos aos Sanguedenses. -----

Considerando que Sanguedo não deve nada a ninguém para ser tratado desta forma. Não tem Piscina, não tem Pavilhão, agora não tem Posto Médico;-----

Considerando que, para não prejudicar nem discriminar negativamente os Sanguedenses no acesso em iguais condições que todos os outros à saúde numa população maioritariamente idosa e por isso com mobilidade condicionada e sem acesso a transportes públicos, existe a possibilidade da criação de um Polo da USF Argoncilhe, a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo, respondendo às necessidades dos seus utentes, sem grandes custos para o Estado. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2016, delibera: -----

1. Manifestar ao Sr. Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, a necessidade urgente da criação de um Polo em Sanguedo, da Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe, para funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo, respondendo às necessidades dos seus utentes, sem grandes custos para o Estado. --
2. Enviar esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde e Secretário Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Presidente da Assembleia da República, Partidos Políticos e solicitar a sua divulgação na Comunicação Social.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dar nota que iria votar favoravelmente a moção apresentada pelo PSD, salientando que o CDS-PP está do mesmo lado porque considera que há que defender aquilo que é a intervenção das escolas em questão na sua história, no lastro que conseguiram e no serviço público que fomentaram. Disse ser evidente que se tem de prestar solidariedade à comunidade e ao Colégio de Santa Maria de Lamas dado que muito fez por este Concelho, e continua a fazer.-----

Em relação aos documentos apresentados pelo BE, aludiu à moção “1.º de Maio” para dizer que, apesar de considerar essa data importante, os conteúdos da moção são extremamente político-partidários e afastam o CDS-PP da mesma, pelo que se iria abster.-----

No que respeita à moção “Solidariedade com ativistas angolanos”, disse ser claramente a favor, sublinhando que os direitos humanos são importantes e são um bem único.-----



Sobre a recomendação “Por espaço público livre do carcinogéneo glifosato”, disse que também a votaria favoravelmente, dado que essa substância está identificada como sendo potencial de promover doenças cancerígenas, dizendo considerar que tudo deve ser feito para evitar um foco que potencia esse tipo de patologias. -----

Sobre os documentos apresentados pela CDU, referiu que iria votar a favor a moção “1.º de Maio” porque concorda com a forma como a mesma foi entroncada. -----

Em relação à moção “Encerramento dos balcões da CGD no município” deu nota que se iria abster, salientando que, independentemente de ser serviço público, o CDS-PP considera que a opção compagina-se com aquilo que é a gestão da estrutura. -----

Sobre a moção “Pela reposição das freguesias” informou que iria votar contra. -----

A respeito da recomendação apresentada pelo PS sobre a proteção dos animais e a promoção da adoção animal, referiu que a votaria a favor por considerar tratar-se de uma questão importante e relevante, ainda mais no Século XXI. -----

Sobre a moção relativa à criação de um polo da USF de Argoncilhe nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo, disse folgar em saber que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo aproveitou aquilo que foi uma deixa que ele – Válder Amorim – fez, há cerca de um ano, quando nesta Assembleia se discutiu o encerramento desse posto médico. Recordou que, nessa altura, referiu que a criação desse polo era a melhor solução para os sanguedenses, comentando que, recentemente, clarificou publicamente essa posição uma vez que houve quem tivesse interpretado menos bem aquilo que havia dito sobre essa matéria. Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim deu nota que iria votar favoravelmente essa moção. -----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por referir que iria acompanhar as moções e recomendações trazidas pela CDU e pelo PS, mas que nesta sua intervenção se iria focar nas moções trazidas pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

Disse ser estranho que o PSD nunca tenha apresentado, em muito tempo, uma iniciativa sobre os cortes dos salários ou sobre a deterioração das condições de vida da população, nem nunca tenha apresentado uma iniciativa em defesa da escola pública ou do investimento na escola pública, e, agora, venha apresentar uma moção quando se trata de financiamento para um colégio privado. -----



Referiu que não iria discutir a história, mas apenas o presente, salientando que o BE não acompanha essas moções, mas sim a posição do Governo de anular os contratos de associação onde há oferta pública. Disse acompanhar essa solução porque a verdade é que quanto mais dinheiro for drenado para financiar o ensino privado menos dinheiro existe para investir no ensino público, destacando a necessidade de se investir nas escolas públicas. -----

Realçou que essa necessidade é particularmente visível ao olhar-se para a EB 2,3 de Lourosa ou para a EB 2,3 de Paços de Brandão, dizendo que essas escolas estão a ser alvo de desinvestimento exatamente para haver uma drenagem de dinheiro para um colégio privado. Disse não fazer sentido que, havendo oferta pública, que é de melhor qualidade, mais equitativa e que promove a igualdade, se esteja a canalizar milhões de euros por ano para manter um colégio privado.-----

Concluindo a sua intervenção, frisou que o BE não tem dúvidas sobre esta matéria, fazendo sobressair que, entre o público e o privado, a opção do BE é sempre o investimento na escola pública. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dar nota que, à exceção das moções apresentadas pelo PSD e pelo CDS-PP sobre a questão dos contratos de associação, o PS acompanha todas as restantes moções e recomendações apresentadas, bem como o voto de condenação, e que o faz por coerência e porque entende que o que está vertido nesses documentos é de reconhecer. -----

Sobre a questão dos contratos de associação, referiu que começava por fazer uma declaração de interesses, dizendo que é de Santa Maria de Lamas e que estudou no Colégio de Santa Maria de Lamas, que aprecia e considera o ensino do Colégio de Santa Maria de Lamas como sendo de excelência. -----

Salientou que, contudo, tal não lhe permite fazer demagogia e aproveitamento político, dizendo estar obrigada a assumir a condição de membro da Assembleia Municipal do concelho de Santa Maria da Feira e, como tal, ver o Concelho como o seu todo e assumir a defesa da escola pública, defendendo a escola privada como complemento e onde a escola pública não responde às necessidades. -----

Referiu que não estava em causa a qualidade da escola pública ou da escola privada, mas que considera que os impostos que paga, e que pagam todos os portugueses, não têm que estar a



ser usados para duplicar despesas, pagando o público ao privado onde há o público.-----
Salientou que, como é dito na moção apresentada pelo PSD, o concelho de Santa Maria da Feira soube aproveitar, e bem, as medidas dos governos socialistas, conseguindo que fossem feitos investimentos em escolas públicas do Concelho, fazendo sobressair que, por força desses investimentos, discorda que se dupliquem serviços e se dupliquem pagamentos provenientes dos impostos pagos pelos portugueses, onde, de facto, não há necessidade.-----
Disse que a escola privada é bem-vinda, que tem a liberdade de funcionar mas que o dinheiro dos contribuintes não deve servir para ser gasto indevidamente, quando a necessidade impõe que haja racionalidade. -----

Realçou que é preciso ter racionalidade na gestão do dinheiro público e que, portanto, não se iriam deixar envolver pelas emoções, acrescentando que o estudo que o atual governo está a desenvolver não está concluído, que ainda não é sabido qual o impacto efetivo que a medida terá no Concelho, quer para a escola pública quer para a escola privada, concretamente para o Colégio de Santa Maria de Lamas. -----

Salientou ser completamente precipitado e oportunismo político fazer aquilo que o PSD e o CDS-PP estão, neste momento, a fazer com a apresentação das moções, dizendo querer deixar claro que não está em causa qualquer turma que já tenha iniciado o seu ciclo de ensino, mas somente as turmas que ainda não iniciaram o ciclo. -----

Concluindo a sua intervenção destacou que os membros do grupo municipal do PS assumem-se como políticos de corpo inteiro, defendendo o Concelho no seu todo, defendendo a escola pública, e que não estavam nesta Assembleia Municipal para fazer demagogia. -----

Interveio o membro *António Óscar Neves* – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas (PSD), que leu o documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“As notícias veiculadas nos últimos dias, dão conta de que o Governo se prepara para proceder à alteração das regras relativas aos contratos do ensino particular e cooperativo. -----

Mais do que sublinhar a ilegalidade e a imoralidade desta medida, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, quero aqui demonstrar o meu e o nosso profundo descontentamento por esta medida que, a consumir-se, vai representar a morte lenta de uma das melhores escolas do nosso concelho. -----

Para além dos seus 2.300 alunos e dos 180 postos de trabalho, entre pessoal docente e não



docente, está em causa uma moderna infraestrutura física que muito nos orgulha, com cerca de 30.000m², comportando 127 salas de aula, algumas dedicadas ao ensino da música, das artes, do desporto, das técnicas laboratoriais, possuindo ainda Refeitório, Auditório, Pavilhão, Campos de Jogos e Piscina Olímpica, entre outros, sempre ao serviço das nossas populações. - Quando refiro que o nosso Colégio é uma das melhores escolas do concelho, relembro o lema que lhe dá vida: “Uma escola de valor e com valores” e sublinho o papel que desempenha, desde 1969, não só para o desenvolvimento de Santa Maria de Lamas como do próprio concelho. -----

Neste Colégio, formaram-se algumas dezenas de milhares de alunos que se tornaram homens e mulheres com valor e com valores. Aliás, ao olhar para esta Assembleia, facilmente identifico bastantes ex-alunos de um Colégio que é uma referência na Região.-----

Esta decisão do Governo, não tenhamos quaisquer dúvidas, coloca em causa a sobrevivência do Colégio, entidade que, apesar de natureza privada, desempenha há quase 50 anos, um verdadeiro serviço público de qualidade para a população do nosso concelho. -----

Quantos de nós ou dos nossos familiares não frequentaram ou frequentam o Colégio de Lamas de forma gratuita?-----

Quem de nós se atreve a colocar em causa a excelência da qualidade do seu ensino?-----

Palavras como igualdade e a justiça não podem ser meros chavões políticos. Têm que ser passados das palavras aos atos. E nesse aspeto, há que reconhecer que o Colégio de Lamas sempre garantiu as mesmas oportunidades a todos os seus alunos, independentemente da sua condição económica. -----

Querer colocar em causa o trabalho e o papel do Colégio de Lamas é comprometer o futuro do Ensino no nosso concelho. Mais do que defender cores ou ideologias políticas, fui eleito para defender a minha terra. E o Colégio de Lamas também é a minha terra. -----

Um Governo, que se diz para todos, não pode querer, de forma completamente autista, impor a sua vontade cega. As opções de Ensino para os nossos filhos devem ser baseadas na qualidade.-----

E deixo-vos aqui uma pergunta: Por que é que será que os pais e os alunos escolhem o Colégio de Lamas?-----

Esta decisão é um erro. E um erro pode e deve ser corrigido, pelo que apelo à aprovação da Moção apresentada de modo a que o Governo não mate o nosso Colégio.-----



Estou certo de que se assim for, os nossos filhos e as gerações vindouras irão reconhecer e agradecer por não terem comprometido o seu futuro.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que iria votar favoravelmente a moção e a recomendação apresentadas pelo PS. -----

Sobre os documentos apresentados pelo BE disse haver dois que merecem um apontamento por parte da CDU, designadamente a moção de solidariedade com ativistas angolanos e a recomendação sobre o uso do glifosato. -----

Em relação à moção de solidariedade com os ativistas angolanos disse que aproveitava para fazer, desde já, a declaração de voto de que votaria contra esse documento porque é entendimento da CDU que Angola é um país onde existem eleições, em que as eleições são controladas por entidades externas e nada há a apontar quanto às eleições, em que o governo é legítimo e é um país que tem o seu próprio sistema de justiça, pelo que a CDU considera que seria ingerência estar-se a intrometer nos assuntos internos de um país. -----

Em relação à recomendação sobre o uso do glifosato, disse tratar-se de um herbicida extremamente potente, que afeta não só os que estão em contato direto com o mesmo, fazendo notar que um estudo recente, com cerca de três anos, revelou que essa substância permanece no organismo humano por mais do que uma geração, se não estava em erro durante três gerações, frisando que essa situação prova tratar-se de um herbicida extremamente potente. ---

Quanto aos documentos apresentados no âmbito do Colégio de Santa Maria de Lamas, disse que iria votar contra, ressaltando que a CDU está de acordo com a lei que está a ser desenvolvida e entende que dinheiro público deve ser para ser investido na escola pública. ----

Salientou que esse dinheiro poderá, eventualmente, ser investido numa escola privada caso não haja alternativa, destacando que no concelho de Santa Maria da Feira há alternativas de qualidade e, por isso, entende a CDU que esses documentos não são oportunos nem merecem o seu voto favorável. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, ao longo dos anos em que acompanha a Assembleia Municipal, nunca verificou o PSD ter apresentado uma moção a favor de outros serviços públicos para os quais não havia alternativas no Município, lembrando o encerramento de postos dos CTT e de repartições de Finanças no Município, frisando que o PSD não apresentou moções nem apoiou as moções que foram apresentadas por outros partidos sobre



essas matérias. -----

Entraram os membros António Topa, Márcio Correia e Luís André dos Santos. -----

Sairam os membros Armando Teixeira e Amadeu Albergaria – Presidente da Assembleia, ficando a presidir os trabalhos a 1.ª Secretária da Mesa – Maria José Santos.-----

Interveio o membro **José Manuel Leão** (PSD) que começou por dizer que o PSD é muito racional e que está muito mais preocupado com as ações do que com as moções.-----

Quanto à moção do CDS-PP pelo Ensino Particular e Cooperativo, deu nota que o grupo municipal do PSD a votaria, naturalmente, a favor. Sobre a matéria em causa referiu que queria apenas dizer que a “geringonça” está a funcionar, lembrando que o custo de uma escola particular não é superior ao de uma escola pública. Salientou que os encarregados de educação que tiverem posses vão continuar a colocar os seus educandos onde muito bem entenderem mas que, por outro lado, os que não tiverem possibilidades deixarão de poder recorrer, no caso em concreto, ao Colégio de Santa Maria de Lamas, ao contrário do que acontece atualmente. Realçou que quem defende a posição do governo tem de ter a consciência do que está a defender, comentando que esses, em vez de fazerem demagogia e em vez de olharem somente para a cor partidária, devem fixar-se na realidade. -----

Em relação à recomendação do PS para a promoção da adoção animal, informou que o grupo municipal do PSD a votaria contra. -----

Sobre moção, também do PS, relativa à criação de um polo da USF de Argoncilhe, deu nota que o grupo municipal do PSD a votaria favoravelmente. -----

Quanto à moção da CDU pela reposição das freguesias, disse que o grupo municipal do PSD a iria votar a favor porque iria respeitar a vontade dos autarcas, lembrando que os autarcas só foram levados para a situação em que se encontram porque o quadro legal assim o obrigou. Destacou que esta assembleia municipal, bem como as assembleias de freguesia, tentaram apenas minimizar os danos a que essa lei obrigou e que foi consequência do contrato que o Eng.º José Sócrates fez com a Troika, quando a chamou para vir socorrer Portugal. Frisou ter sido essa situação que obrigou a uma diminuição das freguesias, ressaltando querer que a “geringonça” tenha a noção do que esteve em causa.-----

Disse que o grupo municipal do PSD se iria abster em relação às recomendações do BE “Por



espaço público livre do carcinogénico glifosato” e “Por políticas públicas para o bem-estar animal”, tal como se iria abster em relação à moção da CDU “Encerramento de balcões da CGD no município.” A propósito desta moção da CDU, reafirmou que o PSD está muito mais preocupado com as soluções do que com as moções, comentando que Fiães terá, muito em breve, outro banco, mas que isso se deve ao trabalho da Câmara e da Junta de Freguesia de Fiães.-----

Sobre a moção “Solidariedade com ativistas Angolanos” disse que o grupo municipal do PSD também se iria abster porque entende que Angola é um estado democraticamente eleito, com o seu poder judicial, pelo que seria uma ingerência estar a intrometer-se nessa questão. Frisou que o PSD é contra todos os atentados dos direitos humanos, seja em que país for, dizendo achar curioso nunca ter visto ninguém vir a esta Assembleia defender os direitos humanos na Venezuela, quando naquele país há muitos feirenses a correrem perigo de vida e mesmo a perderem a vida.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Leão informou que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente a moção sobre o 1.º de Maio apresentada pela CDU, bem como o voto de condenação apresentado pelo mesmo partido, mas que iria votar contra a moção apresentada pelo BE a propósito do 1.º de Maio.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse querer dar uma breve nota sobre a situação do Colégio de Santa Maria de Lamas. Referiu ter estado, recentemente, reunido com os responsáveis do Colégio e que nessa reunião lhes manifestou a sua total solidariedade no processo de luta que os colégios com contrato de associação estão a desenvolver, para manterem o seu funcionamento.-----

Sublinhou que o Colégio de Santa Maria de Lamas é uma escola de excelência que todos os anos forma milhares de alunos, que acrescenta valor ao território de Santa Maria da Feira, pelo que lamenta a decisão de cortar o financiamento aos alunos que pretendem entrar naquela escola. Disse que quem já anda na escola vai continuar até ao fim do ciclo de ensino, reafirmando que a decisão do governo significa uma clara condenação à morte, a médio prazo, do Colégio de Santa Maria de Lamas, perdendo o Concelho um grande recurso na área do ensino.-----

Referiu que estava à espera que, nas grandes matérias que envolvem o Concelho, as questões



partidárias ficassem em segundo lugar, dizendo ser da opinião que a defesa do Colégio de Santa Maria de Lamas é uma questão extremamente pacífica e consensual dado que esse colégio não é ensino privado, comentando que as pessoas confundem escola do Estado com escola pública. -----

Sublinhou que tanto a escola pública como a saúde pública pode ser prestada por recurso ao privado, recordando que aquilo que o Estado deve zelar é para que tal não represente custos adicionais. -----

Disse não ter dúvidas que aqueles que puderem pagar a propina continuarão a frequentar o Colégio de Santa Maria de Lamas, mas que, por outro lado, é retirada a possibilidade aos pobres daquela zona de puderem frequentar uma escola de excelência. Lembrou ser função do Estado dar a igualdade e a mesma possibilidade a todos, pelo que considera que retirar aos mais pobres a possibilidade de frequentar um colégio que faz parte da rede pública, é um atentado à excelência da Educação do Concelho. -----

Concluindo, disse ser essa a posição do Presidente da Câmara, que irá defendê-la e irá atuar sempre ao lado dos responsáveis do Colégio de Santa Maria de Lamas, na defesa desse Colégio. -----

Seguidamente, a Sr.^a Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Válder Amorim (CDS-PP) intitulada “Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.), 2 votos contra (BE, CDU) e 18 abstenções (PS), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “1.º de Maio”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 28, IND.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou o membro Manuel Jacinto Moreira. -----



– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Solidariedade com ativistas Angolanos”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDU, BE, PSD: 1 – Fernando Moreira), 1 voto contra (CDU) e 29 abstenções (PSD: 28, IND.), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Por espaço público livre do carcinogéneo glifosato”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP) e 30 abstenções (PSD: 29, IND.), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Por políticas públicas para o bem-estar animal”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP) e 33 abstenções (PSD: 29, IND., PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Augusto Santos), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Pela reposição das freguesias”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 28, PS: 18, CDU, BE, IND.), 1 voto contra (CDS-PP) e 1 abstenção (PSD – António Topa), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Encerramento de balcões da CGD no município”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor (PS: 18, CDU, BE, PSD: 2 – Juliana Rocha e Manuel Pinho) e 29 abstenções (PSD: 27, CDS-PP, IND.), aprovar



a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "1.º de Maio"*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Reentrou o membro Amadeu Albergaria – Presidente da Assembleia, que retomou a condução dos trabalhos. -----

- *Voto de condenação apresentado pelo membro Filipe Moreira (CDU)*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 30, PS: 16, CDU, BE, CDS-PP, IND.) e 2 abstenções (PS – António Santos e Ana Pires de Oliveira), aprovar o voto de condenação, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção apresentada pelo membro Valdemar Silva (PS) intitulada "Criação de um polo USF Argoncilhe a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo"*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 28, PS: 18, CDU, BE, CDS-PP, IND.) e 2 abstenções (PSD – Rui Ribeiro e Jorge Reis), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação apresentada pelo membro Lia Ferreira (PS) para "Promoção da adoção animal"*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, CDU, BE, CDS-PP), 31 votos contra (PSD: 30, IND.) e 1 abstenção (PS – Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



– Moção apresentada pelo membro José Leão (PSD) intitulada “Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – Contratos de Associação”:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, IND.), 2 votos contra (CDU, BE) e 18 abstenções (PS), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.

Reentrou o membro Armando Teixeira.

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a seguinte declaração de voto:

“Para dizer que me abstive na questão dos contratos de associação com as instituições de ensino particular e cooperativo porque eu, tal como a Margarida, também sou de Santa Maria de Lamas e frequentei o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas. Considero que o Estado Português fez, de facto, ali um investimento público. No entanto, acho que há momentos em que é preciso deixar as emoções de parte e pensar de forma racional.

Um bom administrador público deve gerir de forma coerente os recursos públicos, e se nós estamos num momento de constrangimentos orçamentais devemos, de facto, evitar a duplicação de recursos públicos a serem alocados, neste caso, à providência do ensino público, quer seja em escolas públicas ou em escolas privadas.

O que me parece é que nós devíamos estar aqui a pensar, desde já, em encontrar soluções alternativas para aquela instituição, para o futuro, para que aquela escola possa, de facto, ter viabilidade, e não estarmos aqui com conversas demagógicas como aquelas que tivemos neste preciso momento.”

O membro **Válter Amorim** (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:

“O objetivo é fazer algumas declarações de voto, e não somente uma.

Em relação à criação do polo da USF de Argoncilhe, dizer que votamos a favor porque, efetivamente, somos a favor das melhores condições para o povo de Sanguedo. Sempre assim o disse. Há um ano atrás, na discussão, assim o afirmei, nós somos a favor das melhores soluções e esta é a melhor solução para o povo de Sanguedo.

No que diz respeito à moção sobre o encerramento de balcões da CGD do município, votamos em abstenção porque efetivamente consideramos que, tal e qual como agora o membro do PS



assim arrolou, a boa gestão pública muitas vezes preconiza a defesa daquilo que é o erário público e, muitas vezes, é necessário fazer situações que possam até parecer ser contrárias ao interesse público. Efetivamente foi assim na Saúde, pelo governo socialista, na altura do Eng.º Sócrates. Foi assim no governo passado, por necessidade. E, portanto, é bom que, de facto, tenhamos essa consciência. -----

O mesmo se passa em relação à moção pela reposição das freguesias. Nós não somos contra as freguesias, nós não somos contra os cidadãos, no entanto, nós não podemos sistematicamente andar para trás e para a frente. É preciso haver mais discussão, mais rigor, mais trabalho e, de facto, esta questão de reposição das freguesias e da forma como se reestrutura e ordena o território, deve ser pensada de forma assertiva e não andar sistematicamente para a frente e para trás, porque isso, de facto, não traz nada de concreto, nem soluções.”-----

O membro *José Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“São várias declarações de voto, Sr. Presidente. -----

Antes de mais, vai-me desculpar, mas segundo a declaração do PS afinal a austeridade não acabou, continua a austeridade, só para o Colégio de Lamas é que há austeridade. -----

A declaração de voto sobre a recomendação do Bloco de Esquerda “Por espaço público livre do carcinogénico glifosato”, nós abstivemo-nos porque a informação disponível não confirma os malefícios invocados, como não são conhecidas, a nível mundial, alternativas a este pesticida. Dado este desconhecimento, só podia ser a abstenção. -----

O grupo municipal do PSD absteve-se na moção da CDU “Encerramento dos balcões da CGD no município”, porque sendo um acérrimo defensor dos serviços públicos no Concelho, é seu entendimento que não pode interferir na gestão de uma empresa que embora pública, está em total concorrência com as demais. -----

O grupo municipal do PSD de Santa Maria da Feira absteve-se na moção da CDU “Solidariedade com ativistas Angolanos”, estando contra os atropelos aos direitos humanos em qualquer país do mundo, porque esta moção é uma clara ingerência no poder judicial de Angola. -----

O Grupo Municipal do PSD de Santa Maria da Feira votou favoravelmente a moção da CDU “Pela reposição das freguesias”, no entanto, o PSD reafirma o seguinte: -----



O processo de agregação de freguesias foi consequência, porque dele constava, do memorando de entendimento negociado e assinado com a troika pelo governo do Partido Socialista liderado pelo Engenheiro José Sócrates, depois de ter conduzido o país à bancarrota.-----

O PSD de Santa Maria da Feira e em particular os seus autarcas sempre afirmaram discordar das agregações das suas freguesias. -----

Como é público, o Município de Santa Maria da Feira promoveu um amplo trabalho e debate sobre esta matéria que passou, por exemplo, pela criação de um grupo de trabalho da Assembleia Municipal, que acompanhou este dossiê, e pela elaboração de uma proposta apresentada pelos técnicos urbanísticos da Câmara Municipal que colocaram à discussão várias possibilidades. -----

Foram ouvidas e deliberaram a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira deliberou favoravelmente sobre a matéria apresentando uma proposta de reorganização administrativa territorial. -----

Cumprindo uma Lei da República Portuguesa e evitando que o concelho fosse organizado a partir de Lisboa, como aconteceu em tantos outros concelhos. -----

Mas essencialmente evitando que mais freguesias deste concelho fossem agregadas devido ao não pronunciamento da Assembleia Municipal.-----

Recordados estes factos e consequentemente discordando da exposição dos motivos da CDU, o PSD votou favoravelmente esta moção. Mas este voto só pode significar a coerência com a posição assumida desde sempre pelos nosso autarcas; a abertura, a análise e à avaliação da designada reforma das freguesias; a uma revisitação num novo enquadramento legal que o Governo venha a debater e a aprovar; que é ao grupo Parlamentar do PCP ou aos “Os Verdes”, ou a qualquer outro da atual maioria, a chamaga geringonça, a que compete, em primeira instância, legislar sobre esta matéria uma vez que estão comprometidos com o Governo de Portugal.”-----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Nós votamos pela abstenção os contratos de associação com os privados porque assumimos uma posição responsável.-----



Primeiro, porque as medidas que resultam do estudo feito pelo Governo ainda não estão completamente vertidas na sua plenitude, pelo que consideramos absolutamente extemporâneas estas moções. -----

Segundo, porque entendemos que havendo escola pública de qualidade, não deverá existir pagamento em duplicado deste tipo de serviço, sob pena de estarmos a condenar ao encerramento as escolas públicas cujos dinheiros todos nós investimos. -----

Acho surpreendente como é que o Sr. Presidente da Câmara, tendo feito rasgados elogios, autoelogios, do investimento da escola pública, seja o mesmo que vendo a escola pública a correr riscos de encerramento, não a esteja aqui a defender com mais afinco. -----

Sem pôr em causa que a escola privada deve existir onde não existe a escola pública e ter contrato de associação. Tem livre possibilidade de laborar a escola pública ao lado da escola privada. -----

Nós não somos irresponsáveis ao ponto de fazer desta bandeira, que é tão importante, que é a educação pública, demagogia. Nós não fazemos como aqueles que foram os coveiros de dez juntas de freguesia do Concelho da Feira, que condenaram à extinção quando era governo do PSD, agora, e só porque é um governo socialista, vêm hipocritamente arrogar-se os seus defensores. Os mesmos que as condenaram à extinção. -----

Falemos verdade, sejamos autênticos. O serviço público e o povo lá fora espera mais de todos nós.” -----

O membro **Fernando Moreira** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu queria só dizer que votei favoravelmente a moção “Solidariedade com os ativistas Angolanos” porque, ainda que respeitando plenamente a soberania angolana, não posso aceitar, em qualquer país, seja ele qual for, que o direito de opinião seja tratado desta forma. -- E por isso quero que este meu voto seja extensível a todos os países onde isto se passa, designadamente, como aqui foi falado, na Venezuela, onde milhares e milhares de compatriotas nossos passam por problemas terríveis. -----

Portanto, quero que este meu voto vá muito para além da solidariedade para com os de nacionalidade angolana. E por isso votei a favor. -----

Sobre o problema da moção do PSD e do CDS quanto à educação, eu não poderia calar-me até porque há muito que defendo isso. Eu não posso aceitar, primeiro, que um governo ou



qualquer entidade, seja ela qual for, desrespeite contratos que já estão assinados. Em segundo lugar, não posso aceitar que haja aqui uma discriminação entre trabalhadores privados e públicos. Porque se fechar a escola pública há gente no desemprego, se fechar a escola privada já não há gente no desemprego. Não posso aceitar, de forma nenhuma, isto. -----

Por outro lado, acho que se, de facto, há necessidade de fazer um estudo porque temos escolas a mais, porque isso vem a acontecer, como aconteceu nas primárias, temos que encerrar as menos boas. -----

E se o Colégio de Lamas é uma instituição com instalações excelentes, com ensino excelente, se tivermos que encerrar alguma devemos, pelo menos, ponderar qual é que devemos encerrar. Não é, pura e simplesmente, vamos encerrar uma só porque é pública. Isso serei eternamente contra. -----

E já agora, não era para falar sobre as freguesias, mas gostava de dizer o seguinte à minha ilustre colega Margarida. Nós fizemos com que no Concelho da Feira não fossem extintas tantas freguesias como aquelas que seriam se nós não tivéssemos tomado a decisão que tomamos. Contrariamente a vocês, que meteram a viola no saco e deixaram que outros resolvessem o problema. Porque se não fôssemos nós, e eu sinto-me à-vontade como uma parte que interveio nesse processo, não teríamos extinguido nove freguesias, ou dez, teríamos extinguido muitas mais, como aconteceu em muitos outros concelhos, designadamente aqui ao lado do nosso.”-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O Partido Socialista, como é óbvio, votou favoravelmente a sua recomendação para a postura da adoção animal. E votamos favoravelmente porque, primeiro, acreditamos, e queremos, que podemos ter um concelho melhor, muito melhor. Não acreditamos que a morte massiva seja a resposta ou a solução para o problema. -----

Não é sequer compreensível a continuidade dessa postura bárbara, que nada resolve e que se continua a praticar neste Concelho. Os gastos que, neste momento, são afetos à morte indiscriminada e cega, fria, cruel, dos animais do canil municipal, não resolvem nada. São gastos que poderiam ser empregues precisamente à estruturação de respostas assertivas. -----

E eu gostava, efetivamente, de saber se todos os deputados que votaram contra a nossa recomendação têm consciência que votaram a favor de mortes de animais, que nada vos



fizeram, a não ser nascer.” -----

O membro *António Santos* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Eu venho cá só para manifestar o meu regozijo pelo volte-face do PSD quanto à reorganização do nosso território. Eu fico satisfeito com isto porque, na altura, a troika realmente tem costas largas, e eu não ouvi, na altura, o PSD votar contra a reorganização do nosso território. Foi capaz de permitir que, no nosso Concelho, se matasse dez juntas de freguesia. E agora fico satisfeito por este volte-face do PSD. -----

Se votassem contra se calhar nem dez nós perdíamos. Mas as costas largas do PS, as costas largas da troika é que permitiram...”-----

O *Sr. Presidente Assembleia* interrompeu o membro António Santos pedindo-lhe que se cingisse a fazer uma declaração de voto. -----

O membro *António Santos* terminou dizendo: “Manifesto, de facto, o meu gosto por este volte-face do PSD. O Partido Socialista regozija-se muito por causa disto. Muito obrigado.”---

O membro *António Topa* (PSD) pediu o uso da palavra, dizendo que queria fazer uma intervenção e não uma declaração de voto, argumentando que foram feitas declarações de voto que não foram declarações de voto, mas sim intervenções, pelo que queria ter o mesmo direito para falar sobre o processo da reorganização administrativa das freguesias. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que, como se compreende, somente após o orador estar no uso da palavra é que consegue avaliar se o mesmo está, ou não, a fazer uma verdadeira declaração de voto, salientando que somente concederia a palavra ao membro António Topa para efeitos de declaração de voto. -----

Perante a insistência do membro António Topa de que queria fazer uma intervenção, e não uma declaração de voto, o *Sr. Presidente da Assembleia* não lhe concedeu o uso da palavra. ---

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 14 – Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2016-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como



estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -- Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor e 6 abstenções (Juliana Rocha, Jorge Reis, Delfim Silva, Manuel Pinho, Rui Rios e Valdemar Silva), aprovar a Ata N.º 14, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016. -----

Saíram os membros António Topa, Rui Ribeiro, Jorge Reis, Paulo Valinho Luís, e Alberto Tavares.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2016, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) para colocar uma questão à Câmara, dizendo que na listagem de obras e fornecimentos adjudicados é feita referência a uma execução de relvado sintético em Polidesportivo de Argoncilhe. Questionou a que pretexto e em que contexto foi atribuído esse apoio para a execução desse relvado sintético, e se existe disponibilidade para fazer algo de semelhante para outras freguesias. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que esclareceu não se ter tratado de nenhum subsídio, explicando que essa execução foi feita num espaço que é da Câmara Municipal, na freguesia de Argoncilhe, muito próximo do “Restaurante 1715”. -----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado que, sobre a presente matéria, não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Saíram os membros José Leão, Serafim Guimarães, Domingues Pereira, Bernardino Couto, Justino Pinto, e Manuel Pinho. -----

3 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2016 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui o processo o Mapa de Pessoal para 2016 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor (PSD: 20, CDS-PP, IND., PS: 2 – Feliciano Pereira e Augusto Santos) e 18 abstenções (PS: 16, CDU, BE), aprovar as alterações ao Mapa de Pessoal para 2016, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 18 de abril de 2016. -----

Reentraram os membros Rui Ribeiro, Jorge Reis, Paulo Valinho Luís, Alberto Tavares, José Leão, Serafim Guimarães, Domingues Pereira, Bernardino Couto, Justino Pinto, e Manuel Pinho. -----

Saíram os membros Márcio Correia e Amaro Araújo. -----

4 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2015 -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, ao discutir-se os documentos de Prestação de Contas está-se a discutir, essencialmente, se a edilidade conseguiu, ou não, atingir os objetivos a que se tinha proposto, tendo em conta a estratégia que havia definido. -----

Referiu que, antes de mais, queria parabenizar a Câmara Municipal e os seus serviços técnicos pela qualidade dos documentos apresentados, salientando que os mesmos têm melhorado significativamente, pelo que deixava esse registo. -----

Disse que o CDS-PP se revê em muitos dos pilares em que assenta o plano estratégico da Câmara, desde logo que a gestão deve ser feita com rigor, com respeito pelo erário público, sendo fundamental a diminuição da dívida e o controlo daquilo que são as despesas. -----

Salientou que, em termos financeiros, percebe-se que a Câmara atingiu números de destaque, designadamente uma taxa de execução de receitas correntes de 99,2%, mas que aquilo que, para o CDS-PP, é importante realçar é a diminuição da dívida, porque entende ser um pilar e um sustentáculo para o futuro do Concelho porque, no seu entender, um concelho sem dívidas terá mais futuro. Nessa medida, destacou a redução de cerca de 6,7 milhões de euros da dívida do Município, encontrando-se esta, presentemente, em cerca de 43 milhões de euros, frisando que em consequência dessa diminuição existe uma menor dependência para a necessidade de financiamento. -----

Disse que também queria dar ênfase ao saldo primário que, há três anos, era de 19 milhões de euros negativos e que passou para os 16,2 milhões de euros positivos, sublinhando haver uma evolução significativa nesta área que, na sua opinião, é preciso enfatizar. Referiu ser igualmente relevante o resultado líquido do exercício, superior a 11 milhões de euros, reafirmando que não estava em discussão a estratégia, mas sim os resultados, e que esses



foram alcançados. -----

Realçou o prazo médio de pagamento a fornecedores de 17 dias, salientando que quem gere os dinheiros públicos tem a obrigação de cumprir com quem ajuda a servir a sua comunidade, pelo que considera muito significativa a intervenção da Câmara nessa matéria, ao ter superado a meta traçada de pagar a 30 dias. -----

Em relação a outros pilares em que assenta a estratégia da Câmara, designadamente a ação social, a empregabilidade, o emprego, o empreendedorismo, o Europarque, disse que o CDS-PP corrobora com os mesmos, salientando, no que respeita à ação social, que nada se lhe apresenta dizer uma vez que, na opinião do CDS-PP, os objetivos traçados foram conseguidos. -----

No que diz respeito à intervenção na economia referiu que o projeto Bizfeira é, claramente, inovador e de extrema importância. -----

Sobre o PERM salientou ser muito importante para o futuro do Concelho que, como dito pelo Sr. Presidente, mais de 90% dos lotes estejam já com contrato de promessa de compra e venda e sinalizados. Disse que essa situação é de relevar e que, na opinião do CDS-PP, o PERM é, provavelmente, uma das três melhores soluções que a Câmara Municipal conseguiu entroncar em 2015. -----

Em relação às vias de comunicação disse ser um aspeto estratégico e fundamental para o futuro e que, nessa parte, e apesar das duas fases de pavimentações já lançadas, entende que a Câmara ficou um pouco abaixo das expectativas, que devia ter feito mais e melhor para dar resposta às muitas necessidades que, a esse nível, existem no Concelho. -----

No que respeita ao Europarque frisou ser um assunto já muito discutido, fazendo notar que o CDS-PP entende que o Europarque tem de ser uma aposta do Concelho, que é uma alavanca do futuro, que é o espelho da imagem do Concelho, que é o Castelo do Séc. XXI. -----

Destacou, na área cultural, a reabertura do Cineteatro António Lamoso, acrescentando, contudo, que o projeto da Caixa das Artes não avançou e que esse é um aspeto negativo. -----

Em relação a outros projetos desenvolvidos realçou o projeto Jovem Autarca, sublinhando ser um projeto que recebe menções positivas a nível nacional e internacional e que deve ser considerado como uma mais-valia substantiva para o Concelho. Referiu que caso não se consiga agregar os jovens para que sejam mais interventivos na política e no dever que têm de cidadania e de agirem, então que não haverá futuro, fazendo sobressair que os jovens são o



amanhã pelo que é importante fazer alguma coisa em relação a essa matéria.-----
Ainda dentro da área social destacou os Fóruns Sociais de Freguesia, sublinhando ser bastante interessante a forma como se conseguiu motivar as populações e as freguesias, fazendo sobressair que o Mosaico Social é uma boa prova do envolvimento fundamental do terceiro setor, realçando que os ganhos imateriais são o futuro e que isso é dito pela própria Comunidade Europeia. -----

Em relação a alguns aspetos menos positivos, na opinião do CDS-PP, disse não se observar a requalificação das zonas industriais, sublinhando que se o Concelho quer crescer, se quer ter uma estratégia de mais sucesso, tem de apostar nesse aspeto, comentando que é preciso fazer mais do que o PERM e que o próprio PDM assim o permite. -----
Referiu que estavam preconizadas algumas intervenções que não avançaram, dizendo que a USF de Milheirós de Poiães era importante e que aquela população precisa dessa solução. ----
Concluindo a sua intervenção o membro Válder Amorim disse que o CDS-PP, em relação aos documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2015, a única coisa que pode dizer é que, não sendo tudo perfeito, o saldo final é positivo. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que se baseou em documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Esta é a assembleia municipal que permite uma análise a frio e mais aprofundada daquela que foi a atividade e gestão do nosso município no ano de 2015. Permitindo, também, uma comparação e discussão sobre o prometido e o efetivamente realizado. -----

Após uma intervenção otimista do senhor Presidente da Câmara, facto compreensível por estar a defender o seu trabalho e o da sua equipa, tentaremos apresentar uma visão mais equilibrada e realista do município no ano passado. -----

Relativamente a 2015, foi um ano particularmente recheado de acontecimentos locais e mais globais destacando-se a libertação do povo português, através do voto, das garras de um Governo fortemente marcado por atos inconstitucionais, envolto na sobra de constantes irregularidades, seguidor de princípios pouco abonatórios para o interesse nacional e do povo português. -----

Enfim, pelo menos neste capítulo, 2015, foi um ano memorável de aproximação dos valores democráticos. -----



Porém, o que aqui importa é, como referi, a análise a frio e mais aprofundada daquela que foi a atividade ou inatividade e gestão do nosso município. Que se pretende que seja crítica séria e empenhada e que só é possível pelo excelente trabalho dos técnicos da Câmara Municipal que aproveito para saudar. -----

O Município tem um executivo que se diz fortemente empenhado na manutenção e fortalecimento do tecido empresarial, no entanto, um périplo pelo concelho basta para que se perceba o que faltou fazer e que continua a levar estado calamitoso e de abandono em que se encontram algumas das nossas Zonas Industriais. Nomeadamente a do Casalinho em Lourosa, o mesmo a de Fiães, cujas vias de acesso permanecem desajustadas e inacabadas. -----

No respeitante às vias rodoviárias, é verdade que se iniciaram obras, porém manifestamente insuficientes para as necessidades do município. Também, nestas área, basta uma périplo pelo município para se verificar o que de muito ficou por fazer. Veja-se os exemplos de Arrifana, São Paio de Oleiros, Travanca, Souto e Paços de Brandão. -----

Ficou ainda muito por fazer no respeitante ao aumento de quilómetros de passeios para os peões. -----

Relativamente às obras na Pedreira das Penas, ficou por se normalizar os acessos, especialmente para os moradores. Situação que se mantém há demasiado tempo.-----

Relativamente aos transportes públicos, o sistema deficitário manteve-se. Isolando principalmente as populações das freguesias orientais do município.-----

Em 2015, ficou por se formalizar uma solução para a Escola Fernando Pessoa e a infraestrutura permanece como alvo de destruição e vandalismo. No âmbito das infraestruturas de cariz escolar, ficou ainda por se registar uma celeridade dos casos de telhados com fibrocimento.-----

Do sector do Desporto, apesar de o Executivo ressaltar os campos de relva sintética, ficou por se solucionar o Parque Desportivo de Sanfins cuja degradação é cada vez mais notória, apesar de no início do mandato o executivo ter anunciado uma solução para esta infraestrutura.-----

No domínio da informatização e modernização tecnológica, assumimos que a Câmara continua a ignorar alegremente a recomendação da CDU quanto à implementação de software livre e gratuito, persistindo em despender avultadas verbas para licenças de uso de software, e outro tanto em aquisição de programas de controlo de SPAM e vírus da rede, quando os sistemas operativos livres (como o Linux) e de utilização compreensiva apresentam riscos



mínimos de receção de vírus, o que significa que a sua adoção representaria uma dupla mais-valia para as finanças camarárias. -----

Ainda neste domínio, apesar de tanta preocupação com a publicitação dos dados da Câmara Municipal, esta Assembleia Municipal continua a não ter uma página para disponibilizar informação aos cidadãos como têm outras espalhadas pelo país. -----

No sector do Ambiente, ficou ainda muito por fazer, continuou-se a registar águas poluídas a céu aberto, lixeiras de berma de estrada, uma recolha de lixo ineficiente que não promove a separação, maus cheiros provenientes das ETAR e de outros serviços, assim como descargas poluentes em rios, nomeadamente junto à ETAR de Fiães e denunciado pela CDU. -----

Neste sector, muitas vezes fragilizado pela falta de conhecimento, importa apostar muito mais na Educação, principalmente sobre o paradigma da Educação para o Desenvolvimento Sustentável assente em pressupostos científicos do que em publicidades ou outros recursos que depois não são dinamizados por falta de conhecimento ou sensibilidade. -----

Em 2015 registou-se no município um aumento da atividade cultural, facto que nos agrada. Tendo sido esta fortemente impulsionada pelas realizações no renovado António Lamoso. No entanto, é nosso finca-pé que a atividade cultural promovida pela Câmara Municipal deve sofrer uma maior descentralização dos grandes eventos, não se concentrando tanto na sede do município. -----

Ainda no âmbito Cultural, apesar da qualidade atestada pelos utilizadores, é tempo da nossa Biblioteca Municipal chegar àqueles que não a vão habitando. Relembramos, uma vez mais que Feira não é exemplo de transportes públicos verdadeiramente serventes da população, especialmente da mais envelhecida, o que lhes retira, também, o acesso à cultura. -----

No sector Social, registou-se um investimento insuficiente nos bairros sociais, refletindo-se no estado de degradação em que se encontram alguns deles. Que 2016 traga novos ventos! ----

A CDU está perfeitamente ciente dos constrangimentos de que as Câmaras Municipais têm sido vítimas, todavia, não podemos deixar de lutar para que o investimento público seja efetivado onde realmente tem de ser e de defender e exigir políticas mais sociais potenciadoras de coesão e igualdade que sejam verdadeiramente pertinentes para a população.

Em síntese, consideramos que foram feitos alguns avanços, no entanto os esforços realizados são manifestamente insuficientes para colmatar as necessidades do município. -----

Terminando, apelamos a que 2016 seja o ano onde se verifique a discussão alargada,



democrática e séria de um plano a médio e longo prazo para os desígnios do município. E que este reflita os interesses da população e não somente os da elite económica.” -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Quando discutimos todos os anos, por esta altura, a Prestação de Contas, todos nós sabemos que quando falamos das contas e dos números não estamos a falar dos números propriamente em si, mas estamos a falar daquilo que está por detrás dos números e isso leva-nos, evidentemente, a uma discussão profunda. -----

Por isso, quando a Câmara Municipal nos diz que teve rigor nas contas, nós queremos saber o que é que isso quer dizer, e quando diz que tem um saldo primário, nós, mais do que guardar a chave do cofre desse saldo primário, questionamos onde é que faltou dinheiro para ele sobrar ao final do ano. -----

E eu creio que estas perguntas são fundamentais até para perceber aquilo que tem sido, nos últimos anos, as opções deste executivo municipal, que muitas vezes confunde rigor com a insuficiência de medidas e de programas sociais. Enfim, pode haver dicionários onde isso seja sinónimo mas, certamente, na realidade não o é. E muitas vezes acha positivo ter dinheiro que transita de um ano para o outro, mas sem, na verdade, fazer uma reflexão crítica sobre onde é que esse dinheiro poderia estar a ser aplicado e deveria estar a ser aplicado. -----

Estas são algumas omissões que acontecem quando nós só discutimos números, mas há, depois, outras omissões, aliás que vêm do discurso e da apresentação que o Sr. Presidente da Câmara fez. -----

Por exemplo, falou de taxas de desemprego mas não falou de emprego com direitos, e esqueceu-se de referir que perdeu uma bela oportunidade, muito recentemente, quando se discutiu o regulamento Good Makers para incentivar o emprego com direitos em Santa Maria da Feira. Na altura o BE fez essa proposta, de que só pudesse ser atribuída a marca, só pudesse usar a marca as empresas e as indústrias que, efetivamente, tivessem boas práticas laborais, que pagassem bons salários e que não fizessem a exploração dos trabalhadores. Não fez isso e, portanto, perdeu uma oportunidade para promover emprego com direitos. -----

E talvez por isso, ao falar de desemprego, também não fala de uma questão grave, que é o facto do poder de compra em Santa Maria da Feira continuar a estar abaixo da média nacional e serem precisas, também, medidas para que o emprego criado seja um emprego com um bom



ref.
6

salário associado.-----

Fala do PERM e do FeiraPark, ignora o PEC e as zonas industriais do Concelho. Era uma boa altura para responder também o que é que aconteceu ao PEC, o que está determinado para o PEC, o que é que aconteceu ao dinheiro que foi enterrado no PEC, o que é que a Câmara vai fazer com esse dinheiro que ali foi colocado, assim como o que é que aconteceu às outras zonas industriais que foram abandonadas em detrimento do PERM, ou se vai fazer alguma coisa com elas.-----

MP

Respostas sociais. Disse há pouco, na sua apresentação inicial, e bem, que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não está na linha da frente nas respostas sociais. Disse bem. Foi completamente honesto, porque delega aquilo que são as suas responsabilidades. Não há problema nenhum ao delegar, mas ao delegar desresponsabiliza-se, também, daquilo que são as suas responsabilidades.-----

E por isso é que quando ouvimos o seu discurso como, depois, ao lermos os documentos no que toca às respostas sociais, basicamente fala do trabalho que faz com as associações e não no trabalho que faz com as pessoas que necessitam das respostas sociais. Chega, aliás, a dizer coisas como um programa que serve para mostrar, e cito, mostrar às instituições sociais como pedirem apoio a uma empresa. Enfim, as pessoas no meio disto é que não estão, entre as instituições e as empresas, não estão aqui.-----

Eu lembro-me de há dois anos, talvez, termos tido aqui uma discussão sobre o dilema de quem quer dar o peixe ou ensinar a pescar. E eu parece-me que a Câmara já está numa terceira fase deste dilema, já está numa solução que é ensinar a ir pedir o peixe a outra porta. Já não dá o peixe nem ensina a pescar, está a ensinar as instituições a irem pedir peixe a outra porta para, depois, o distribuir.-----

E, efetivamente, depois nós vemos não só as baixas dotações que existem para a ação social, para os programas sociais, muitos programas sociais têm dotações que é apenas para manter a rubrica aberta. Não é, na verdade, para fazer nada com eles, é apenas para ter uma rubrica nos seus documentos.-----

Mas, depois, olhamos para vários programas como, por exemplo, a habitação social, e percebemos não só que eles têm uma baixíssima dotação como, não bastasse a baixíssima dotação, depois ainda têm uma baixíssima execução. E nós vemos a habitação social do Concelho e vemos que há uma qualidade que é transversal a toda ela, necessita urgentemente



de obras e é necessário mais habitação social no Concelho. Já agora, é necessária uma outra visão, que não é a habitação social, mas é uma visão de política social para a habitação, o que é diferente do que ter uma habitação social. Mas nós olhamos para a habitação social e vemos que está degradada, que necessita de obras. Dotações, quase não existem. Execuções, estão perto do inexistente. -----

Fala de Educação mas ainda hoje tivemos aqui uma discussão que mostra bem quais são as prioridades sobre a Educação. Entre defender o investimento em escolas públicas que necessitam do investimento ou canalizá-lo para outras, prefere a canalização desse investimento para outras.-----

E há, curiosamente, outros assuntos sobre os quais literalmente enterra a cabeça na areia, nomeadamente no que toca a transportes escolares e no que toca à necessidade de haver outras políticas sociais de educação que façam frente a problemas sociais, emergência social que existe no Concelho. Falo, por exemplo, dos almoços e lanches gratuitos nas escolas que deveriam existir e deveriam ser para todas e todos os alunos, fazendo parte integrante de uma política social de educação no Concelho.-----

Mas prefere destacar outra coisa, que é a educação para o empreendedorismo. Vamos ensinar às crianças do Concelho o que é o empreendedorismo. E depois sabemos de coisas interessantes, por exemplo, que Ilídio Pinho deu exatamente uma palestra sobre empreendedorismo, no Colégio de Lamas. Esperemos que essa palestra não tenha ensinado ninguém a esconder dinheiro no Panamá, ou em outra offshore qualquer. Parece que ele é especialista nessa matéria, de esconder e de fazer a sua manipulação fiscal. -----

E, portanto, entre o empreendedorismo às crianças, sabe-se lá para quê, ou ter política social para a Educação, escolhe o sabe-se lá para quê, em vez de ter políticas práticas para a Educação.-----

Mas convém ainda vermos outras questões. -----

Saúde. Fala da USF de Argoncilhe, muito bem. Não é propriamente uma obra da Câmara, como se sabe. Convém também dizer que são necessárias outras USF no Concelho, e convém que a Câmara assuma esse compromisso. -----

Há ainda a questão do Agrupamento de Centros de Saúde Feira/Arouca, e a necessidade que existe da Câmara Municipal ter uma intervenção junto do Agrupamento e junto da ARS Norte, não só para melhorar os cuidados domiciliários, que tem dificuldades de mobilidade,



não só para repor programas que foram extintos, falo, por exemplo, do Gabinete de Apoio à Saúde Juvenil que deveria ser repostos e, já agora, noutras modalidades. Não só como gabinete de atendimento mas com maior entrosamento junto da comunidade escolar. É necessário também ter isso. Disso não fala, mas é necessário ter também isso. -----

Fala de Ambiente. Queria perguntar-lhe sobre o aterro de Canedo, o que é que se passa com o aterro de Canedo. Sabemos o que se passou no passado, que foi um projeto bastante contestado, que mereceu, e bem, a oposição da população de Canedo. Existem novas queixas. Se fala de Ambiente tem de falar nos problemas do aterro de Canedo e o que fará para os solucionar. -----

Mas, voltando ao princípio, dentro de tudo aquilo que não fala e tudo aquilo que verdadeiramente faz falta, olhamos, por exemplo, para a execução da despesa de capital e percebemos que ela continua a ser muito baixa. -----

No que toca a despesas e receitas correntes afinou a máquina, mas no que toca a despesa de capital, por muito baixo que seja o Orçamento, nunca consegue uma boa execução de despesa de capital que, na verdade, é investimento, e deveria de ser investimento principalmente em políticas sociais. E essa é, verdadeiramente, a principal crítica, porque quando sobejam 16 milhões de euros a principal questão que colocamos é porque é que esses 16 milhões de euros não foram colocados, no ano de 2015, ao serviço da população mais necessitada e de quem mais necessitava de políticas sociais e de políticas na ordem dos 16 milhões de euros.” -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PS (GM/PS) analisou atentamente os relatórios apresentados e confrontou-os com a realidade e lamentavelmente não conseguimos validar a afirmação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal faz constar do relatório e que cito: “conseguimos concretizar os nossos objetivos estratégicos de desenvolvimento e investimento e continuar numa senda de melhoria da qualidade de vida dos feirenses”. -----

Neste sentido vamos referir apenas alguns dos aspetos dos 3 eixos do seu programa e plano de atividades: -----

1 – Desenvolvimento económico/emprego. -----

A Câmara quer chamar a si a autoria pela criação de emprego no concelho, mas nas centenas



[Handwritten signature]
[Handwritten number 6]

de páginas dos documentos apresentados, não consegue mostrar nem as medidas, nem os resultados que originaram esse emprego. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal usa dados do IFEP para vir referir que diminuiu, pela sua ação, o desemprego quando tal não é real e os dados desmentem: porque a baixa do desemprego de 2013 para 2015 ocorreu a nível nacional, pelo que não houve aqui qualquer intervenção especial da Câmara Municipal. -----

O que na verdade nos é transmitido pelos empresários com quem falamos e com os trabalhadores e que afeta o investimento e o emprego é ausência de um planeamento estratégico que integrasse e unificasse melhor o território do concelho, ao nível das acessibilidades, das funcionalidades das zonas industriais e dos transportes. -----

A extinção do FeiraPark (ao fim de mais de 7 anos de prejuízos) é uma enorme perda para o desenvolvimento do nosso concelho. Esta incubadora de empresas se tivesse sido bem gerida, permitiria fazer a diferença nos projetos inovadores. Tendo esta Câmara Municipal falhado a aposta na inovação! -----

2 – Reforço da Coesão Social -----

Constata-se que permanecem em 2015 os sacrifícios dos feirenses com o aumento dos impostos. A receita do IMI, voltou a aumentar, atingindo um valor de quase 17 milhões de euros. -----

Se a Câmara Municipal fosse mais sensível ao apelo e necessidades da população, e efetivamente pretendesse contribuir para coesão social e ajudar o comércio local e o aumento do rendimento das pessoas aprovava a proposta do GM/PS para baixar a taxa do IMI dos atuais 0,4 para 0,3%. -----

Isto sim, representaria uma medida solidária para com os feirenses, dos quais cerca de 40% dos trabalhadores auferem menos de 600 euros mensais. No distrito de Aveiro, à exceção de dois municípios que estão sob assistência financeira e de S.M. Feira, todos praticam taxa de IMI inferior a 0,4%. -----

Devido às dificuldades sentidas pelos feirenses (desemprego, os cortes de apoios sociais e aumento do custo de vida) em 2015, por incapacidade de pagamento, registou-se um aumento brutal de dívidas de utentes/contribuintes ao Município, nomeadamente: taxas de saneamento e resíduos sólidos (de cerca de 1,6 milhões passou para mais de 3 milhões). -----

No entanto é curioso notar que, desta dívida, faz parte uma verba devida pela Indaqua. Neste



Handwritten signature and initials

caso, estranho que a Câmara Municipal não faça à Indaqua o que esta empresa faz aos feirenses: cobra-lhe taxas, sobretaxas, e remete-lhe cartas intimidatórias de corte de serviço! -- Que para agravar ainda mais a situação, em 2015, os feirenses sofreram mais um aumento da fatura da água e saneamento, como resultado da desastrosa 4.^a renegociação. Temos uma Câmara Municipal que se demite das suas funções de defesa dos interesses de todos os feirenses, alinhando nos abusos de poder da concessionária de um bem essencial às nossas vidas!-----

3 – Requalificação Urbana e Viária -----

Neste objetivo a taxa de execução é menor que 10%. -----

Permanecem os sucessivos adiamentos de uma verdadeira gestão da rede viária do concelho. Que continua em péssimo estado. Com sucessivos incómodos e prejuízos para pessoas, que, sem estratégia, limita-se a fazer remendos ou a tapar buracos.-----

É esta qualidade de vida que o Sr. Presidente tem para oferecer aos feirenses? -----

Continua a estar ausente uma política estratégica de mobilidade e de transportes para o concelho. Aqui foco apenas 4 aspetos:-----

A respeito da linha ferroviária do Vale do Vouga... nada. -----

A ideia do Metro, parece ter desvanecido... -----

Não se conseguiu introduzir melhorias do serviço da Transfeira. -----

Em termos de mobilidade pedonal: passeios, só em situações pontuais e muitos deles invadidos por árvores mal localizadas.-----

Para quando as ciclovias? Como por exemplo, as que iriam ligar o Centro Histórico de Santa Maria da Feira a Travanca? E que ligaria Santa Maria da Feira a Lourosa? -----

No vosso relatório apresentam-nos umas peças desenhadas em “ponto pequenino”, para dizer que há projetos para o Concelho. Mas nós não vivemos de projetos mas sim de ação concreta. Sendo os projetos importantes não chega, é preciso que saiam do papel como há vários anos os prometidos e sempre adiados Centros Coordenadores de Transportes.-----

É preciso olhar para o Concelho e pensá-lo de forma estruturada a nível social, urbanístico e ambiental, de forma coesa e integrada, onde todas estas dimensões saiam beneficiadas no seu conjunto! Isto sim permitiria melhor a qualidade de vida dos feirenses! -----

Quanto às contas, destacamos o seguinte:-----

O Sr. Presidente faz alarde de que conseguiu um grande feito ao reduzir a dívida e os prazos



de pagamento aos fornecedores, isso na verdade é importante e nós sempre o reclamamos e defendemos, sendo até um dever. Mas, Sr. Presidente, essa gestão não tem grande mérito porque foi feito à custa do aumento da receita dos impostos (IMI, IMT e IRS) e de uma brutal redução do investimento, que representou apenas 21% do total da despesa realizada pela Câmara, que já tinha sido reduzido neste orçamento 8 milhões de euros. E o Plano Plurianual de Investimento (PPI) apenas alcançou 40,85% de taxa de execução. -----

Neste contexto, surpreendente seria que a dívida da autarquia e os prazos de pagamento não baixassem, à custa dos impostos e do investimento. Exemplo: Isso seria a mesma coisa que gerirmos as nossas casas onde para não gastar dinheiro, não investimos a arranjar o telhado que mete água. Conseguimos poupar e até reduzir a nossa dívida, mas certamente que não aumentamos a nossa qualidade de vida. -----

O mérito está em poupar, sem por em causa os investimentos necessários para a nossa qualidade de vida. Esta é a política dos cofres cheios e barrigas vazias! -----

O Sr. Presidente fez o mais fácil, por isso não tem uma gestão de mérito que se atribui! -----
Tendo ficado claro que, contrariamente ao afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, não conseguiram concretizar os objetivos estratégicos de desenvolvimento e investimento com vista à melhoria da qualidade dos feirenses, como se tinham comprometido. Sendo essas as razões do nosso voto contra.” -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que iria procurar realçar alguns dados e fazer um enquadramento diferente daqueles que haviam sido feitos, começando por destacar, em relação ao Relatório de Gestão, que a receita cobrada foi de 68,974 milhões de euros e a despesa executada foi de 51,719 milhões de euros, salientando ainda que a taxa de execução das receitas correntes foi de 99,20% e que isso denota o rigor com que é elaborado o Orçamento. -----

Quanto às receitas de capital realçou que foi atingida a taxa de execução de 66,20% e que isso se deveu, essencialmente, à não arrecadação de fundos comunitários, acrescentando que a taxa de execução das despesas foi de 70,93%, sendo 82,21% para as despesas correntes e 54,63% para as despesas de capital. -----

Referiu que as despesas com Pessoal representam 39% das despesas correntes e 27% da despesa total, dizendo parecer-lhe importante realçar que, apesar da baixa que se tem



verificado na receita do Município ao longo dos últimos anos, tem sido contida a gestão da admissão de pessoal pela Câmara.-----

Ainda em relação à despesa disse querer enumerar alguns números para que as pessoas tenham uma ideia de onde o dinheiro foi gasto, salientando que só para tratamento de resíduos a Câmara pagou 1,236 milhões de euros, e mais cerca de 2 milhões de euros com a recolha desses mesmos resíduos. -----

Destacou também que a Câmara pagou, de amortizações e juros, cerca de 5,349 milhões de euros, reduzindo a dívida em 6,7 milhões de euros. -----

Disse já ser membro desta Assembleia Municipal há uma data de anos e que tem acompanhado a história deste órgão, dizendo ter andado a ouvir, por vários anos, a crítica, principalmente oriunda do PS, de que a saúde financeira da Câmara era miserável, que era impossível geri-la, que estava tudo mal, e que o PSD retorquia dizendo que iria chegar a altura em que as coisas se iriam recompor. Sobre isso salientou que, tendo chegado a altura em que as coisas se recompuseram, então parece que a tal saúde financeira já não tem importância nenhuma, que a Câmara poderia continuar a endividar-se eternamente, mesmo não fazendo nada, que não haveria problema nenhum, comentando ser da opinião que, com tal tipo de política, não se vai a lado nenhum. -----

Deu nota que, de facto, os documentos têm melhorado de ano para ano, dizendo lamentar que não haja mais tempo para que possam ser devidamente analisados e discutidos, salientando ser da opinião que os mesmos poderiam ser apreciados no mês de maio, e não em abril, o que alargaria o tempo disponível, deixando essa sugestão. -----

O membro Fernando Moreira prosseguiu a sua intervenção destacando que um indicador fundamental sobre a recuperação e salubridade do Município é o saldo primário, que se situa nos 16 milhões de euros, comentando ficar espantado ao ver esse aspeto ser desprezado. -----

Sublinhou que a capacidade de endividamento do Município, para 2016, é de 7,101 milhões de euros, fazendo também sobressair o prazo médio de pagamento, de 17 dias, comentando perceber que esses aspetos incomodem aqueles que, ao longo dos últimos anos, andaram a fazer um discurso de crítica à Câmara precisamente nesses aspetos. -----

Disse ficar espantado ao ouvir dizer que se devia baixar a taxa de IMI de 0,4 para 0,3% numa altura em que as receitas da Câmara têm vindo a baixar significativamente, não por sua culpa mas sim devido às políticas que os governos têm vindo a tomar. Referiu que o IMI proposto



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

pelo governo, no Orçamento de Estado, é muito superior àquele que a Câmara aplica, dizendo ser da opinião que a letra deve dizer com a caneta, ou seja, que não deve o governo do Partido Socialista dizer uma coisa e, nesta Assembleia Municipal, só porque se trata de uma Câmara do PSD, o Partido Socialista dizer que a Câmara deve aplicar uma taxa de IMI inferior. -----

Sobre as políticas praticadas pela Câmara disse estar perfeitamente de acordo com as mesmas, frisando concordar com o Sr. Presidente da Câmara quando este considera importante, para o Concelho, o desenvolvimento económico e o emprego. Disse também ser da opinião que, se possível, esses empregos sejam acompanhados de boas condições e de bons ordenados, comentando, contudo, que atravessando-se uma fase de crise, o essencial é mesmo a criação de emprego. -----

Realçou que as medidas desenvolvidas nessas áreas são, como dito pelo Sr. Presidente da Câmara, dificilmente mensuráveis, mas que considera que não é difícil perceber que tem havido melhoras a esse nível até porque o desemprego baixou, no Concelho, de 10.600 desempregados, em 2013, para 7.482, em 2015. Referiu que essa redução não foi, certamente, somente devido a obra da Câmara mas que entende que é preciso haver honestidade política e reconhecer que há um trabalho da Câmara que, certamente, contribuiu para essa melhoria. -----

Disse entender, no que respeita à Ação Social, que aquilo que a Câmara tem de fazer é, essencialmente, ensinar as pessoas a pescar, dizendo considerar extremamente positivo que se ensine às associações a procurar apoio junto das empresas, em favor da sociedade. -----

Referiu que os Fóruns Sociais de Freguesia têm um papel importante na parte da Ação Social, dizendo continuar a ser da opinião que, se calhar, as ajudas que o Estado tem feito não estão a ser bem dirigidas levando, eventualmente, a uma duplicação da ajuda, fazendo com que haja duas ou três entidades a ajudar um agregado familiar quando há outro que precisa de ajuda e não é ajudado. Disse ser da opinião que esses Fóruns Sociais podem ser muito importantes para evitar essas duplicações, e que deverão ter a devida colaboração das entidades estatais, como o IEFP, que poderá informar se, por exemplo, uma família está, ou não, a receber o RSI. Salientou que foi concluído o processo de revisão do PDM, comentando que, apesar de ter demorado muito tempo, dizem os entendidos que foi feita uma boa revisão, destacando ainda que foram definidas as Áreas de Reabilitação Urbana que permitirão algum desenvolvimento no Concelho, designadamente através do recebimento de incentivos e benefícios fiscais para a reabilitação. -----



Disse, quanto à Educação, ser uma área onde a Câmara fez, de facto, algum investimento, ressaltando, contudo, que isso não impede que se tenha uma opinião quanto ao modo de funcionamento da educação. Referiu que não se pode pôr as coisas a preto e branco e dizer que o público é muito bom e que o privado tem de funcionar à sua custa, comentando achar pouco ético que, quando o privado era preciso, fosse usado e, não sendo agora preciso, seja descartado. Frisou não concordar com essa política, que defende uma escola de qualidade, sendo ela pública ou privada, pelo que entende que, caso se conclua que existem escolas a mais, então que se apure quais as de melhor qualidade e que têm melhores condições e não se encerrem escolas somente porque são privadas.-----

Relativamente ao Desporto disse ser conhecida a política da Câmara, destacando que, em 2015, catorze campos de futebol foram dotados de relvados sintéticos, que foram iniciados dois novos pavilhões, em São João de Ver e em Mozelos, e que foram melhorados campos de ténis.-----

Destacou, na área da Juventude, o projeto Jovem Autarca, comentando que quem assistiu à última sessão solene do 25 de Abril viu que vale a pena que os jovens comecem a tratar da política, ressaltando que, no futuro, é preciso que haja alguém com qualidade e com vontade de tratar verdadeiramente da coisa pública.-----

Quanto à Cultura sublinhou a reabertura do Cineteatro António Lamoso. Sobre o facto da Caixa das Artes não ter avançado referiu que, por vezes, é preciso saber recuar, comentando que se chegou à conclusão, tal como aconteceu com o projeto do PEC, que era preferível recuar do que avançar com esses projetos para, depois, não funcionarem. Referiu que, por outro lado e no que concerne ao PERM, quando as coisas não estavam a andar tão depressa como se pretendia, a Câmara era a culpada, agora que as coisas estão a correr bem, a Câmara já não tem nada a ver com isso, nem designadamente o Sr. Presidente da Câmara, que até é o Presidente do Conselho de Administração do PERM.-----

O membro Fernando Moreira, ainda em relação à Cultura, disse ouvir falar muito na descentralização e que também é da opinião que esse aspeto poderia ser melhorado, realçando que a própria Federação das Coletividades poderia levar mais espetáculos às freguesias, principalmente àquelas que têm condições para isso, dizendo ficar triste por não ver, na sua terra, serem realizados mais eventos culturais. Realçou, contudo, que os principais espetáculos, que dão nome a Santa Maria da Feira, como o Imaginarius e a Viagem Medieval,



Handwritten initials and a signature.

não podem ser deslocados e que, de igual modo, as atividades realizadas no Cineteatro António Lamoso não podem ser realizadas noutra local. -----

Sublinhou que o Imaginarius recebeu o selo de qualidade atribuído pela EFA – European Festivals Association e que a Viagem Medieval foi premiada como melhor evento público de 2014, realçando a sinergia tida entre a Feira Viva e a Câmara Municipal nessa matéria, como parte da estratégia do Município. -----

Frisou que a Biblioteca Municipal é um equipamento de excelência, tal como o são o Museu Convento dos Lóios e o Museu do Papel, dizendo que, para além de quem vem de fora visitar esses equipamentos, também os feirenses já começam a dar-lhes valor, recordando tratarem-se de equipamentos que custam dinheiro.-----

Destacou, ainda, a reabilitação de um edifício municipal no centro histórico, salientando que essa reabilitação, para além de embelezar o espaço em que se insere, serviu para acolher a Loja Interativa de Turismo bem como alojar serviços do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, permitindo uma poupança nas rendas que estavam a ser pagas pelo anterior espaço. -----

No setor do Ambiente, destacou a recuperação das Pedreiras de Lourosa e da Pedreira das Penas. -----

Sobre o aterro de Canedo disse estar atento e ser uma obra que visita frequentemente, recordando que havia um problema que precisava de ser resolvido e que, na altura, foi uma obra muito discutida, comentando que só não participou na discussão quem não quis uma vez que foram realizadas dezenas de reuniões, com as mais diversas entidades e com a população. Referiu que aquela obra não é inócua, ressaltando que, efetivamente, existe algum odor oriundo daquele local, principalmente quando as condições climáticas o propiciam, mas que essa situação é pontual e acontece nesta fase inicial, enquanto o aterro não atingir uma capacidade em que seja possível captar o metano que levará à redução desse odor e servirá, também, para a produção de energia. -----

Salientou que o tratamento dos resíduos está a ser feito, que os sistemas de desodorização estão permanentemente a funcionar, que é preciso esperar que as árvores ali plantadas cresçam, e que percebe que existe esse problema para as pessoas que residem naquela zona. Ainda a esse respeito comentou que, não morando naquela zona, também tem de suportar, à sua porta, cheiros que, se calhar, são piores, uma vez que, apesar de na sua rua passar rede de



saneamento, muitos ainda não efetuaram a ligação e continua a ver-se as fossas a correrem pela rua abaixo, fazendo sobressair que isso lhe custa muito, ainda mais sabendo que a ligação à rede de saneamento é, atualmente, gratuita.-----

Em relação à reabilitação da rede viária salientou que, apesar de não estar a ser feita com a velocidade desejada, está a decorrer a bom ritmo e, pelo que foi informado, com qualidade, lembrando que o inverno rigoroso atrasou as obras. A esse respeito disse ser preciso, na sua opinião, desafiar as juntas de freguesia para que tenham como prioridade construir passeios em todas as ruas, e que também considera ser preciso alterar a legislação para dar condições para que se possa, na prática, executar os planos que são elaborados, dizendo não poder aceitar que uma pessoa que tem, por exemplo, um terreno com 100 metros de profundidade, não permita à Câmara fazer o alargamento da rua em 2 ou 3 metros, mesmo disponibilizando-se a Câmara para construir o muro e o respetivo passeio, nem sequer venda esses metros de terreno.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Fernando Moreira disse que, brincando um pouco, o grupo municipal do PSD está de acordo com os documentos e vai votá-los favoravelmente, e que não iria fazer como alguns que dizem concordar mas, depois, não votam a favor.-----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, face às intervenções efetuadas.-----

Começando por aludir à intervenção feita pelo membro Válder Amorim, agradeceu o reconhecimento do trabalho feito pela Câmara, dizendo ser motivo de satisfação.-----

Sobre o projeto da Caixa das Artes disse não ser verdade que o mesmo não tenha avançado, explicando que esse projeto foi reconfigurado. Referiu que o projeto envolvia o investimento no Cineteatro, o investimento na Pedreira das Penas e a construção de um outro edifício, o polo 2, que seria localizado na zona industrial do Roligo, mas que a Câmara resolveu desistir desse edifício e reabilitar o antigo Matadouro pelo que, hoje, o polo 2 está no edifício do antigo Matadouro.-----

Referiu que se voltasse atrás tomava a mesma decisão, destacando que, num primeiro momento, há 7 ou 8 anos, quando se decidiu avançar para a candidatura da Caixa das Artes, fazia todo o sentido apostar nesse polo no Roligo mas que, depois, houve uma alteração de circunstâncias, designadamente quando se começou a perceber que o Europarque poderia



del -
6

fazer parte do projeto. Salientou que, perante essa hipótese, foi entendido que seria mais prudente não avançar com esse polo 2 porque, para além do custo envolvido, de alguns milhões de euros, seria um equipamento concorrente do Europarque pelo que, na sua opinião, a decisão tomada foi a correta. -----

Quanto a dizer-se que não foi feita a requalificação das zonas industriais referiu existirem, no Concelho, vários modelos de zonas industriais, umas de 1.^a geração, que consiste numa rua com fábricas de um lado e do outro, outras que nasceram no meio do parque habitacional, salientando ser essa a realidade do território e que ainda bem que assim foi porque foi o modo do tecido empresarial conseguir o seu espaço. Realçou que o planeamento não se faz deitando tudo abaixo e construindo tudo de novo, explicando que é preciso contar com o que está construído e, a partir daí, pensar no que fazer. -----

Frisou que foi construído o PERM, do qual é Presidente do Conselho de Administração, comentando que qualquer pessoa pode visitar esse equipamento e comprovar a excelência do mesmo. -----

Sobre o FeiraPark disse que foram ditas algumas inverdades, explicando que a sociedade FeiraPark foi extinta porque estava a dar prejuízo, mas que a incubadora de empresas FeiraPark continua a funcionar e que está a ser gerida pela PortusPark. -----

Realçou que, naquela zona, existe um parque empresarial que se encontrava parado, talvez há 20 anos, e que, agora, está em andamento, informando que andam as máquinas a limpar os terrenos e que o processo de loteamento está em vias de ser aprovado pela Câmara, salientando que a entidade loteadora já vendeu alguns lotes e que haverão, nos próximos dias, grandes notícias para aquela zona industrial. Frisou que, contrariamente ao que foi dito pela deputada municipal Margarida Gariso, o FeiraPark não foi extinto, fazendo sobressair que o FeiraPark está a funcionar, e bem. -----

Em relação à intervenção efetuada pelo membro Filipe Moreira, agradeceu a honestidade intelectual do mesmo ao reconhecer o trabalho desenvolvido na área cultural, salientando também ser da opinião que está a ser feito um bom trabalho a esse nível. -----

A esse propósito referiu que, aquando da reabertura do Cineteatro António Lamoso, disse que, para ele, a despesa em Cultura não é despesa, é investimento, e que continua a considerar que é importantíssimo o investimento na Cultura, nas suas várias vertentes, não só na mais erudita como na mais popular, da família, da sardinhada, do rancho folclórico. -----



Sobre o PEC, disse ter sido a pessoa que esteve com o processo dos estudos económico-financeiros para se construir o PEC e o PERM, recordando, quanto ao PERM, que foi entendido que esse projeto tinha todas as condições para avançar e conseguiu-se, através de um concurso público internacional, um parceiro privado, encontrando-se o PERM feito. Explicou que, por outro lado, concluiu-se que o PEC não tinha viabilidade, dados os custos envolvidos, pelo que se considerou mais ajuizado desistir desse projeto do que avançar e dar um passo para o abismo, como alguns fazem. -----

Salientou, contudo, ser importante dar nota que a via do PEC foi construída, informando que esse troço faz parte da via Feira/Nogueira da Regedoura, que foi feito com recurso aos fundos comunitários e que integra o futuro Eixo das Cortiças que se pretende contruir, ligando Santa Maria de Lamas até Lourosa e Fiães, ligando as zonas industriais daquelas zonas. Frisou que a Câmara está a tentar obter fundos comunitários para realizar essa obra, mas que não está a ser fácil, sublinhando que a Câmara fará tudo ao seu alcance para conseguir esses fundos. -----

Sobre a questão da descentralização dos grandes eventos disse que já se tem efetuado alguma descentralização, destacando, contudo, que há espaços naturais que não são reproduzíveis, como é o caso do Castelo, da Quinta do Castelo, do Cineteatro António Lamoso, pelo que esses eventos têm de ser realizados nesses locais, não havendo outra alternativa. Realçou que se tem descentralizado alguns eventos pelas freguesias do Concelho mas que a cidade de Santa Maria da Feira tem condições únicas, que são reconhecidas por qualquer pessoa. -----

Em relação à Biblioteca Municipal destacou que a mesma funciona em rede e que existem diversos polos, designadamente os de Argoncilhe, de Escapães, de Lourosa, de Milheirós de Poiães, de São Miguel de Souto, bem como a biblioteca pública de São Paio de Oleiros e a biblioteca itinerante, sublinhando que, na sua opinião, essa rede está a funcionar razoavelmente bem. -----

Quanto à questão das coberturas de fibrocimento informou que, em 2015, foram substituídas cinco coberturas, faltando, segundo tinha em mente, substituir três. -----

Sobre a antiga escola Fernando Pessoa referiu que, em três anos, não conseguiu junto do governo, nem do anterior nem do atual, que essa escola fosse entregue à Câmara Municipal, pelo que pedia toda a ajuda possível nesse sentido. Salientou que aquilo que a Câmara pretende é a troca do terreno da antiga escola Fernando Pessoa, que está abandonada, pelo terreno que doou para que fosse construída a nova escola, pelo que seria uma troca por troca,



mas que há problemas de avaliações, de finanças, que estão a dificultar esse negócio. Frisou que no dia em que o governo entregar à Câmara a antiga escola, então que ali vai surgir o Centro Escolar de Santa Maria da Feira. -----

Em relação à intervenção efetuada pelo membro Moisés Ferreira salientou, quanto à ação formativa que teve a participação da GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, que é da opinião que a GRACE realiza um trabalho extraordinariamente credível. Fez notar que essa ação de formação dividiu-se em duas partes, uma destinada às instituições sociais, ensinando-as a como se dirigirem a uma empresa para pedirem apoio para as suas iniciativas, e uma outra dirigida aos empresários, apelando ao envolvimento destes em projetos comunitários, através da responsabilidade social das suas empresas, também designada por cidadania empresarial. -----

Referiu não ter ficado surpreendido ao ver o membro Moisés Ferreira criticar essa ação formativa quando anteriormente tinha ouvido a responsável do BE dizer que o voluntariado tinha de ser eliminado deste País, ressaltando que por aí estava balizada a intervenção do Moisés Ferreira e que, portanto, não é motivo de admiração que o mesmo ache que as instituições não devem pedir apoio às empresas, para realizarem os seus projetos.-----

Sobre a questão da habitação social realçou que existem, no Concelho, quase 800 fogos de habitação social pelo que, na sua opinião, é dada uma resposta razoável a esse nível. Salientou, contudo, que não gosta que as pessoas precisem de habitação social, sublinhando que a ambição que tem para o Concelho é que cada pessoa consiga construir, comprar ou arrendar a sua casa. Disse que em vez de fazer habitação social prefere que seja dada isenção de taxas para que as pessoas possam contruir a sua habitação, frisando que quer um território ambicioso, que vai à luta, que se internacionaliza e que tem os melhores nas suas áreas de atividade. Referiu, contudo, perceber aquelas pessoas que querem um território pobrezinho porque sabe que, para essas, os pobres são os seus clientes, realçando que os conceitos de democracia e de respeito do membro Moisés Ferreira são muito balizadores e que até a posição defendida por este, a propósito das moções sobre o ensino particular e cooperativo, mostra como o BE é contra os pobres, embora usando os pobres. Disse ser por isso que há quem diga que o BE é a “esquerda caviar”, comentando, sobre essa expressão, que o duro não é comer o caviar, mas sim pescá-lo. -----

Quanto à afirmação de que a USF de Argoncilhe não foi obra da Câmara, disse que até foi,



destacando que, para além de ter cedido o terreno, foi a Câmara que geriu toda a empreitada, que lançou o concurso público, que fiscalizou a obra e que teve o engenho de não ter gasto um euro, tendo ido buscar o dinheiro à Administração Central. Aconselhou o membro Moisés Ferreira a, uma vez que anda mais por Lisboa, ir ali aprendendo alguma coisa. -----

Relativamente às questões levantadas pela deputada municipal Margarida Gariso disse, a propósito da questão da criação de emprego, que, conforme tem vindo a repetir, nunca vai querer saber dos empresários que o acompanham em missões empresariais quantos blocos, portas, janelas ou colchões passam a exportar, sublinhando que a vida da empresa diz respeito à própria empresa. Referiu, contudo, que quem tiver dúvidas do sucesso dessas missões podem ir perguntar aos empresários que nelas participaram, ou mesmo àqueles que, não tendo participado, perceberam a ideia, para ficarem a saber o que pensam sobre essa matéria. Referiu conhecer empresas que, há 4 ou 5 anos, estavam em vias de falência, com crédito mal parado e que, tendo participado em missões empresariais, passaram a vender mais de metade da sua produção para o mercado estrangeiro. -----

Sobre dizer-se que ele – Presidente da Câmara – foi ver os números do desemprego existente no Concelho ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, questionou onde mais é que poderia ir buscar esses números, questionando se esses números não são válidos. -----

Em relação ao FeiraPark disse já ter explicado essa questão. -----

Quanto à afirmação de que a Câmara aumentou os impostos, referiu ser completamente disparatada, destacando que a taxa de IMI mantém-se estável no Concelho, há vários anos, fazendo notar que, para 2016, foi criada uma taxa especial para as famílias numerosas. Recordou que, há 2 anos, houve uma baixa de impostos quando se reduziu a derrama para as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, frisando, portanto, que ao contrário de um aumento de impostos, os impostos têm vindo a baixar em Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à crítica de que a rede viária está em péssimo estado, disse perceber o incómodo que está a causar a requalificação da rede viária. Realçou que as obras estão a decorrer, paulatinamente, que as pessoas estão a ver esse trabalho a ser feito, salientando que as obras eram para ter decorrido de forma mais rápida mas que o inverno rigoroso não o permitiu. Reafirmou que a 1.ª fase de pavimentações está a terminar, que essas obras já podem ser observadas em quase todas as freguesias, e que a 2.ª fase já foi adjudicada, encontrando-se o tempo já a contar para o empreiteiro. Informou que a 3.ª fase de



pavimentações seria presente na próxima reunião de Câmara e que a 4.ª fase já estava a ser trabalhada pelos serviços técnicos da Câmara. Referiu que, perante isto, julga que começam a faltar algumas bandeiras para criticar a Câmara mas que iriam, certamente, aparecer outras, pelo que se encontrava na expectativa para ver quais. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse nunca estar satisfeito, que a seguir a um obstáculo quer ultrapassar outro e que gosta de ter novos desafios, pelo que tem o desafio, para Santa Maria da Feira, que haja verdadeira coesão social, que os feirenses sejam realmente bons no que fazem e não sejam conhecidos pelos baixos salários que auferem, porque também não gosta dos baixos salários nem do salário mínimo, mas que sejam procurados pela qualidade do seu trabalho. Disse ser essa a ambição que tem para Santa Maria da Feira e que acredita ser possível, frisando que, em vez do culto da inveja e do maldizer, prefere o culto da ambição, dizendo achar ser isso que falta ao povo feirense. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, PS: 4 – Augusto Santos, Rui Alves Rios, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 13 votos contra (PS: 12, BE) e 2 abstenções (CDU, PS – Feliciano Pereira), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2015 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

A deputada municipal **Margarida Gariso** fez a seguinte declaração de voto: -----
“É só para dizer que o grupo municipal do Partido Socialista votou contra o Relatório de Atividades e Gestão pelas razões que eu tive oportunidade de enunciar na intervenção que fiz. Clarificar que tudo o que lá está é verdadeiro, nomeadamente que a empresa FeiraPark foi extinta, por anos de prejuízo, em 2015, contrariamente àquilo que o Sr. Presidente disse na sua intervenção.” -----

O membro **Moisés Ferreira** fez a seguinte declaração de voto: -----
“Para dizer que o Bloco de Esquerda votou contra este documento porque, como dissemos logo no início da intervenção, este documento mais do que tratar das contas, trata-se do reflexo das políticas seguidas pelo Executivo Municipal e, discordando das políticas, -----



discordamos, também, da forma como elas são executadas.-----
Rapidamente dizer que as políticas e a sua execução é uma espécie de execução ao lado de Maria Antonieta que, olhando para o povo que tinha fome, dizia “não têm pão, comam brioques”. E o Executivo diz: não têm casa, construam-na.”-----

Reentrou o membro Amaro Araújo.-----
Saíram os membros Jorge Ferreira, Domingues Pereira, Teresa Pereira, Eduardo Rocha, Feliciano Pereira, e Valdemar Silva.-----

5 – Revisão Orçamental -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita-----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa-----

- 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM-----

- 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 28, IND., PS: 5 – Fernando Sousa, Augusto Santos, Rui Alves Rios, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 8 votos contra (PS: 7, BE) e 3 abstenções (CDU, CDS-PP, PS – Feliciano Pereira), aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua



reunião de 18 de abril de 2016. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou contra esta revisão orçamental porque acreditamos que ela continua uma lógica errada. Aloca o que sobrou, o que foi o excedente do saldo primário do ano passado, em projetos outros que não a ação social. É curioso ver que o Sr. Presidente da Câmara quando fala de pobres tem muito moralismo mas depois não tem, efetivamente, políticas práticas de melhorias”-----

Reentraram os membros Domingues Pereira, Eduardo Rocha, e Feliciano Pereira.-----

6 – Relatório de Gestão e Contas de 2015 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por pedir um esclarecimento à Mesa sobre a duração da assembleia, questionado, em face dos tempos previstos para os restantes pontos da ordem do dia e tendo em conta o previsto pelo Regimento no que respeita a esta questão, até que horas iria durar a presente reunião, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* esclareceu dizendo que o que diz o Regimento é que a assembleia prolonga-se, desde o seu início, durante 4 horas, informando que a presente sessão iniciou-se às 21H18 e que ainda não estavam decorridas as 4 horas. Referiu que, após decorridas essas 4 horas, há sempre a possibilidade de a Mesa propor o prolongamento da sessão pelo máximo de 2 horas, fazendo sobressair que os tempos estabelecidos para os pontos da ordem do dia são tempos máximos,



el

6

que podem não ser gastos na totalidade, pelo que não conseguia prever quanto tempo ainda iria demorar a assembleia. -----

O membro *Sérgio Cirino* sugeriu que essa regra regimental, de que a assembleia não deve prolongar-se para além de 4 horas, fosse também cumprida, para que desse modo fosse possível manter a qualidade da discussão, sob pena das pessoas ficarem abstraídas da mesma e com vontade de se irem embora.-----

Sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015 da Feira Viva disse querer colocar quatro questões, e que a primeira prendia-se com uma situação que considera incompreensível, designadamente a manutenção de duas sedes por parte da empresa municipal Feira Viva. Referiu que os serviços da Feira Viva mudaram-se para o Europarque, que são conhecidas as condições e a dimensão que tem o Europarque mas que, mesmo assim, a Feira Viva mantém alugado o espaço onde tinha a sua sede, localizado no Centro de Negócios do Cavaco. Realçou que a razão que foi aludida na reunião de Câmara não o convence, que até a considera contraditória uma vez que se diz que a Feira Viva tinha um pavilhão em São João de Ver, pelo qual não pagava renda, e que o entregou, ficando a pagar uma renda pelo espaço na zona do Cavaco. Questionou qual a razão para se manter alugado o espaço no Centro de Negócios do Cavaco, qual o preço da renda e quem é o senhorio desse espaço. -----

Referiu que, em segundo lugar, questionava qual a ideia que a Câmara tem com vista à reorganização da Feira Viva, dado esta ter assumido a gestão do Europarque. Ressaltou que uma coisa é a Feira Viva gerir os equipamentos municipais que, até aqui, lhe estavam afetos, e outra coisa bem diferente é gerir um equipamento com a dimensão do Europarque, questionando à Câmara Municipal qual a ideia que tem quanto a essa reorganização.-----

Salientou que a terceira questão prende-se com os resultados alcançados, em 2015, pela Feira Viva. Realçou que o Sr. Presidente da Câmara disse que foram os melhores resultados alcançados pela Feira Viva, pelo que felicitava a empresa municipal por isso, mas também questionava como vai a empresa municipal conjugar os bons resultados com o investimento que é necessário fazer no Europarque. Perguntou se o investimento no Europarque vai ser feito pela Câmara, não entrando nas contas da Feira Viva, ficando também a receita para a Câmara, ou se vai a Câmara fazer o investimento e deixar a receita para a Feira Viva, levando a uma desorçamentação dos custos e a um empolamento das receitas da Feira Viva. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino referiu que a Feira Viva, pelo que



94-

7

sabe, procedeu à contratação de pessoal já depois de ter assumido a gestão do Europarque, pelo que questionava se essas contratações foram realizadas no âmbito da gestão do Europarque e, assim sendo, qual o critério que foi adotado para essas contratações.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, começando por dizer que foi feita uma incorreta interpretação daquilo que foi dito na reunião da Câmara em relação à utilização do pavilhão no Centro de Negócios do Cavaco, dizendo considerar que o objetivo de quem coloca essa questão é o de atingir o proprietário daquele espaço.-----

Quanto ao valor da renda disse que o membro Sérgio Cirino fez parte do Conselho de Administração da Feira Viva anteriormente a ele – Presidente da Câmara – pelo que deve saber qual é esse valor porque o arrendamento desse espaço terá sido feito nesse período, ou mesmo previamente.-----

Em relação à questão do pavilhão em São João de Ver esclareceu que este havia sido cedido gratuitamente durante, se não estava em erro, dois anos, mas que depois passou a ser pago, comentando que ao fim de algum tempo o proprietário teria de ser pago pelo espaço que estava a disponibilizar.-----

Ainda relativamente ao espaço no Centro de Negócios do Cavaco referiu tratar-se essencialmente de um armazém, que tinha um pequeno espaço de escritórios, tendo os serviços administrativos da Feira Viva e os seus quadros passado para as instalações do Europarque.-----

Explicou também que, até 2015, toda a receita gerada pelo Europarque, assim como a despesa, era da Câmara Municipal. Em relação ao investimento que é preciso fazer no Europarque informou que a Câmara contratou uma empresa para fazer o levantamento das necessidades e que só após esse levantamento se saberá, ao certo, qual o valor, dizendo que estimou uma verba de 2,5 milhões de euros mas que poderá concluir-se ser necessário uma verba superior, sublinhando que a Câmara está a tentar obter fundos comunitários para apoiar esse investimento.-----

Quanto à questão do recrutamento de pessoal disse que a regra que a Feira Viva tem é a de recrutar os melhores que estiverem disponíveis no mercado. Referiu que será preciso reforçar a equipa da Feira Viva com cerca de 4 ou 5 pessoas, lembrando que o Europarque já chegou a



rel.
6

ser gerido por uma equipa de 20 pessoas. Realçou que está a ser feito um aproveitamento e a adaptação dos meios que já existiam na Feira Viva para, desse modo, se conseguir uma gestão eficiente e equilibrada do Europarque, se conseguir tornar o Europarque num espaço viável e atrativo, mas minorizando, tanto quanto possível, o impacto dos custos-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que, referindo nunca ter sido administrador da Feira Viva, gostava de saber quem é o senhorio do espaço que a Feira Viva tem alugado no Centro de Negócio do Cavaco, bem como qual o valor da respetiva renda, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** informou que o espaço em questão é pertença de uma empresa que é detida por um vereador eleito pelo Partido Socialista, o Vereador Eduardo Cavaco, chamando a atenção de que o contrato de arrendamento é anterior à eleição do mesmo como vereador bem como anterior à eleição do mesmo para o Conselho de Administração da Feira Viva. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2015 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Arrifana -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP, compreendendo a expectativa da Junta de Freguesia de Arrifana, consubstanciada com as intempéries e com as inúmeras situações anómalas que surgiram e que obrigam a Junta a intervir, nada tem contra a atribuição do apoio em questão, antes pelo contrário. -----
Frisou que o motivo desta sua intervenção é exatamente para primar que, numa situação



109
+

futura que possa acontecer numa outra freguesia, o trato seja exatamente o mesmo.-----

Interveio o membro **Manuel Almeida** (PS) que começou por dizer que o presente assunto é mais uma demonstração de que a delegação de competências nas juntas de freguesia, desacompanhada dos meios financeiros, não é uma boa prática da Câmara Municipal. -----

Referiu que, apesar da fundamentação para o apoio solicitado estar relacionada com diversas anomalias que aconteceram em Arrifana, ainda assim entende que seria uma boa prática da Câmara criar um fundo de emergência, que deveria ficar plasmado no orçamento municipal, que pudesse ser aberto a todas as freguesias, em idênticas circunstâncias. -----

Salientou que esse fundo, para além de trazer transparência, evitaria uma espécie de via-sacra, de um beija-mão que, por vezes, os presidentes de junta de freguesia precisam fazer para conseguirem agendar uma reunião com o presidente da câmara ou com o vereador competente, para os persuadir a conceder os apoios necessários. -----

Disse que, entretanto, criam-se situações como a que leu na ata da reunião de Câmara, designadamente ver o Sr. Presidente da Câmara a travar a fundo, talvez por cautela, dizendo que o apoio que está a ser atribuído à Junta de Freguesia de Arrifana não é para ser generalizado, que não é para todas as freguesias, porque sabe que, até ao final do ano, outras emergências do género poderão surgir, em diferentes freguesias, e, nesse caso, a Câmara teria de acorrer a essas necessidades. -----

Frisou que o Partido Socialista queria deixar esta observação porque não se conforma com o despojar as juntas de freguesia, fazendo com que continuem a necessitar de ajudas esporádicas, dizendo também não perceber como é que a Junta de Freguesia de Arrifana, necessitando de 65 mil euros para fazer face às despesas emergentes, vai resolver essas mesmas emergências uma vez que somente irá receber um apoio de 25 mil euros. -----

Referiu já se questionar, há algum tempo, se os 17 dias de prazo médio de pagamento que a Câmara consegue terão igual repercussão nas juntas de freguesia, questionando se existem estatísticas sobre isso e se, para sanear as suas contas, a Câmara não estará a alijar as contas para as juntas de freguesia. -----

Disse que o PS iria, provavelmente, fazer traduzir esta ressalva numa recomendação, no sentido da Câmara criar um fundo, no seu orçamento, acompanhado de um quadro factual ou circunstancial que determine em que contexto as Juntas de Freguesia poderão aceder a esse



fundo. -----
Concluindo a sua intervenção o membro Manuel Almeida fez notar que o grupo municipal do PS votaria favoravelmente a atribuição do apoio em questão, e que aquilo que afirmou serviria como uma declaração de voto, previamente feita, para não estar a ocupar mais tempo. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por ressaltar que aquilo que disse na reunião de Câmara foi que situações idênticas que surgissem teriam uma resposta idêntica, dando nota que, na ordem do dia da próxima reunião de Câmara, está contemplado um apoio a ser atribuído à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, a pedido desta. -----

Disse parecer-lhe que a questão só foi levantada porque a Junta de Freguesia de Arrifana é do PSD, ressaltando que a Câmara Municipal analisa as situações caso a caso, e que não generaliza. Recordou que, para além do presente apoio a Arrifana, já foram atribuídos, recentemente, apoios às Juntas de Freguesia de Argoncilhe, de Rio Meão, da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e que, como dito, na próxima reunião de Câmara seria apreciado um apoio a ser dado à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros. -----
Referiu que havia a prática de dar subsídios às juntas para estas realizarem obras que exigiam uma estrutura técnica de apoio que não tinham, levando a que, por vezes, tais obras não ficassem convenientemente executadas, dizendo considerar uma política acertada a Câmara chamar a si a realização desses investimentos. -----

Disse que isso não impede a Câmara de dar apoios pontuais às juntas de freguesia, para uma ou outra situação mais ligeira, salvaguardando que as juntas sabem que, quando há um problema, têm na Câmara um parceiro para o resolver. -----

Frisou que não usa anel nem gosta que ninguém lhe beije a mão, que é um parceiro dos presidentes de junta para resolver os problemas que têm nas suas freguesias, pelo que essa imagem que o membro Manuel Almeida deixou não cola com ele – Presidente da Câmara. ----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara destacou que é um parceiro dos presidentes de junta, que fala com todos eles em qualquer momento, sejam de que partido for, e que se coloca ao lado deles na busca da solução e não numa posição de alguma superioridade, que disse nitidamente não ter. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Arrifana, no valor de 25.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 18 de abril de 2016. -----

Saiu o membro *Maria Manuela Teixeira*. -----

8 – Regularização da ampliação e remodelação de uma unidade industrial – Tipo 3, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 850, em Santa Maria de Lamas, em que é requerente a empresa Amorim e Irmãos S.A. -----

- Reconhecimento do interesse público municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 18 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por salientar que o BE votaria contra a proposta em questão devido a três razões essenciais, sendo que a primeira prende-se com o não poder aceitar que a Câmara tenha práticas institucionais que transmitem a mensagem de que o crime compensa, permitindo que se construa e se produza sem licença para, depois, se colocar um pano quente sobre a situação e permitir a regularização da mesma. -----

Referiu que, em segundo lugar, invoca-se o interesse público por razões económicas mas esquece-se o interesse público por razões de qualidade de vida, dizendo não se poder esquecer que se trata de uma indústria que tem riscos, principalmente quando opera paredes-meias com habitação própria, com os consequentes transtornos que traz à população. Disse que ao pensar-se em interesse público deve pensar-se de uma forma mais lata, e não propriamente do ponto de vista do bolso do industrial. -----

Salientou que a terceira razão diz respeito à necessidade de localizar as indústrias, principalmente as maiores e as que operam com materiais que tenham alguma perigosidade, em novos locais e em sítios que não estejam paredes-meias com habitação. Referiu que se as empresas conseguem arranjar artifícios para deslocalizar a sua sede fiscal para a Holanda, por questões fiscais, certamente também conseguirão arranjar uma forma de localizar a sua



indústria noutra local fora da zona habitacional, ressaltando que isso será o melhor para a população e para o planeamento do território do Concelho de Santa Maria da Feira. -----
Concluindo a sua intervenção disse parecer-lhe que os apoios sociais da Câmara Municipal estão todos concentrados no apoio social ao Américo Amorim, e a outros que tais. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que iniciou por salientar que o Partido Socialista reconhece a importância do grupo em causa para o tecido económico e social da região, de Santa Maria de Lamas e de toda a zona norte do Concelho, não só em termos de emprego como em termos sociais. -----

Referiu, contudo, não poder deixar de salientar que o presente assunto é a demonstração de que a política para as zonas industriais do Concelho tem vindo a ser, ao longo de mais de duas décadas, um fracasso, dizendo que essa é uma responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara até porque, anteriormente, foi o vereador do pelouro que tinha a seu cargo as obras municipais. -----

Concluindo, disse querer aproveitar a oportunidade para chamar a atenção de que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu às questões que ele – Daniel Gomes – foi fazendo ao longo da sessão, designadamente que não lhe respondeu se estava em condições de garantir que qualquer outra freguesia que tivesse um ringue polidesportivo semelhante ao de Argoncilhe, beneficiaria de um apoio idêntico para a execução de relvado sintético, bem como não lhe respondeu qual o valor da renda do edifício que a Feira Viva tem no Centro de negócios do Cavaco, que onera o Município. -----

Interveio o membro **José Carlos**, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD), que começou por destacar que, quando se fala de emprego, fala-se de pessoas, questionando o que se faz às cerca de 700 pessoas que estão empregues na empresa em questão, em caso da deslocalização da mesma, conforme defende o membro Moisés Ferreira. -----

Frisou que o que está em causa é uma legislação que permite resolver algumas situações que, de outra forma, não eram resolvidas, sublinhando que se há situações ilegais que podem ser legalizadas, há que aproveitar essas situações, seja uma empresa do Américo Amorim ou de outra pessoa qualquer, sublinhando tratar-se de uma questão de racionalidade. -----

Referiu que a questão da deslocalização de empresas é muito complicada porque cria



del -
6

desemprego, porque as pessoas é que saem sempre prejudicadas, reafirmando que é preciso aproveitar as situações que permitem a legalização das empresas que, até então, operam ilegalmente. -----

O membro José Carlos aproveitou para falar de uma outra questão, designadamente a questão respeitante ao Colégio de Santa Maria de Lamas, dizendo ser um assunto que também está relacionado com a questão da racionalidade. Referiu que quando, há 4 anos, se assinaram os contratos de associação, tal permitiu diminuir o financiamento das turmas de 120 mil para 80 mil euros, passando o custo de funcionamento das escolas com contrato de associação a ser parecido, ou até inferior, ao das escolas públicas. -----

Salientou que outra questão que se coloca prende-se com o desemprego, dizendo que o desemprego está todo do lado do setor privado, que não há desemprego público e que, portanto, existe uma desigualdade clara a esse nível. -----

Referiu que o Colégio de Lamas está a viver no limite e que bastará haver um corte no financiamento a 4 ou 5 turmas para deixar de ter as contas equilibradas, salientando que, a 80 mil euros por turma, significa um corte de 400 mil euros, dizendo ser impossível para o Colégio de Lamas uma vez que não poderá reduzir os recursos na mesma proporção. -----

Frisou que em causa está uma questão ideológica, e não económica, fazendo sobressair que os dinheiros são os mesmos e que a questão prende-se com o entregá-lo à escola pública ou à escola privada. -----

Salientou que outra questão primordial tem a ver com a liberdade de escolha, destacando que essa liberdade vai ser afetada, comentando tratar-se novamente de uma questão ideológica porque ou se quer que haja liberdade de escolha ou, então, que todos sigam pelo mesmo caminho, fazendo sobressair que a fuga dos alunos para o Colégio de Lamas tem a ver com a excelência do ensino que o mesmo presta. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 29, PS: 9, CDS-PP, IND.), 2 votos contra (CDU, BE) e 5 abstenções (PS – Margarida Gariso, Lia Ferreira, António Santos, Amorim Duarte, Teresa Pereira), reconhecer, sob proposta da Câmara, o interesse público municipal na regularização da ampliação e remodelação de uma unidade industrial do tipo 3 em referência, atendendo, designadamente:-----



ped.
6

- a) à circunstância da requerente ser a primeira e a mais antiga unidade de produção industrial do Grupo Amorim,-----
- b) às centenas de postos de trabalho existentes,-----
- c) ao recurso a fornecedores locais;-----
- d) à inviabilidade económica e social da deslocação da empresa.-----

Reentrou o membro *Maria Manuela Teixeira*.-----

Saíram os membros *Feliciano Pereira, Margarida Alfama, e Manuel Pinho*.-----

9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 4 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que resulta da nota justificativa do regulamento que a sua atualização prende-se com a necessidade de se adequar à legislação, comentando, contudo, que não se perdeu a oportunidade para se meter a unha e cobrar mais, em algumas taxas. Referiu que a atualização do regulamento poderia ser feita mantendo as taxas ou, até, diminuindo, tendo em conta as dificuldades que as pessoas atravessam.-----

Em relação à tabela de taxas disse ser positivo que contemple isenções e tarifas especiais para as famílias numerosas, nomeadamente no que respeita à gestão de resíduos sólidos urbanos e taxa de rede de água e/ou saneamento, lamentando que igual situação não se verifique para as famílias pobres. Disse que, se calhar, algumas das famílias numerosas até poderiam pagar, quando as famílias pobres não podem, pelo que entende que o princípio devia ser o de começar por isentar as famílias pobres e, depois sim, as famílias numerosas.-----

Salientou, de seguida, que a Câmara diz ser uma acérrima defensora e promotora do empreendedorismo mas que, por outro lado, faz taxar o empreendedorismo, designadamente o acesso ao Balcão do Empreendedor, comentando que a Câmara por um lado promove e, por outro, cobra.-----



Disse que quando se fala em empreendedorismo fala-se de pessoas que estão a começar o seu negócio e que precisam ser apoiadas, pelo que considera que lhes cobrar taxas por isso é a antítese da promoção do empreendedorismo e, assim sendo, tais taxas não deviam existir.-----
Referiu que outra questão tem a ver com a taxa de 7,60 € por dia caso um munícipe precise pedir a confiança de processos para fins jurídicos, sem que isso dê qualquer despesa à Câmara. Salientou que na sua área de atividade, a Justiça, são pagas taxas elevadíssimas mas que para pedir a confiança de um processo paga zero, quando na Câmara de Santa Maria da Feira ter-se-á de pagar 7,60 € por dia, sublinhando que isso é o aproveitar da necessidade das pessoas e que até duvida da legalidade da cobrança dessa taxa. -----

O membro Sérgio Cirino prosseguiu fazendo um aparte em relação ao contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento, ressaltando que, desde 2008, lhe diziam que a cobrança dos ramais era legal mas que o Tribunal de Santa Maria da Feira veio dizer, em 2016, que a cobrança dos ramais é ilegal desde 2007. Referiu que, entretanto, passaram-se muitos anos, recordando que somente em 2015 os ramais deixaram de ser pagos, dizendo que gostava de ouvir um comentário do Sr. Presidente da Câmara sobre esta questão. -----

Ressaltou que gostava, também, de ouvir o Sr. Presidente da Câmara comentar a estratégia adotada pela Indaqua Feira em relação à última leva de ramais. Disse que a concessionária faturava os ramais numa fatura independente dos consumos, levando a que algumas pessoas, como forma de contestação e impugnação, não pagassem essa fatura, pagando somente a fatura relativa aos consumos. Referiu que, perante isso, a Indaqua Feira passou a cobrar os ramais junto com os consumos porque, desse modo, podia proceder ao corte da água caso as faturas não fosse pagas, obrigando a que as pessoas, caso quisessem continuar a ter água, tivessem de pagar essas faturas, em que os ramais estão juntos com os consumos, mesmo não sendo legal a cobrança dos ramais. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o discurso feito pelo membro Sérgio Cirino foi todo contra a cobrança de receita e a favor da despesa pública, salientando que gostaria de ter a varinha mágica do membro Sérgio Cirino para que Câmara tivesse muito dinheiro para gastar sem que tivesse de cobrar receitas, mas que não tem essa hipótese. -----

Em relação a uma decisão que terá sido tomada pelo Tribunal de Santa Maria da Feira sobre a



questão da cobrança dos ramais, disse desconhecer. Referiu que a Câmara sempre foi informada, pela ERSAR, que a cobrança dos ramais era legal, recordando que havia uma recomendação da ERSAR para que se deixasse de cobrar os ramais e que essa recomendação foi acatada. -----

Concluindo, salientou que se as pessoas acharem que foram lesadas, em relação ao pagamento dos ramais, então que devem instaurar uma ação em tribunal. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.), 11 votos contra (PS: 9, CDU, BE) e 4 abstenções (PS – Augusto Santos, Rui Alves Rios, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), aprovar o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Reentraram os membros Manuel Pinho e Teresa Pereira. -----

Saiu o membro Armando Teixeira. -----

10 – Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 4 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que alguns aspetos do regulamento em epígrafe merecem, da parte do CDS-PP, alguns comentários, desde logo referir que toda e qualquer discriminação positiva que possa ser alocada a cidadãos do mesmo Concelho, e que pagam os seus impostos, é de evitar. Disse estar a referir-se ao benefício aos comerciantes do centro histórico face a todos os demais do Concelho, salientando que esse aspeto é, na sua opinião, atentatório da equidade e atentatório da coesão social que se pretende para o Concelho, em especial da coesão dos empresários. -----

Salientou não ser feliz a comparação de Santa Maria da Feira com a cidade do Porto, tal como



não seria com Lisboa ou Braga, uma vez que a dimensão, a oferta e a procura existente nessas cidades é completamente diferente, salientando que, em Santa Maria da Feira, existem pequenos nichos deste tipo de negócios, deste tipo de empresários, frisando que uns vão estar mais beneficiados do que os outros e que isso não é positivo. -----

Referiu que uma segunda situação prende-se com o alargamento dos horários e a centralidade que a Câmara pretende para o centro histórico, salientando que essa questão, sem que seja acompanhada por uma integração capaz ao nível da segurança, conduz, normalmente, ao surgimento de focos menos positivos, de criminalidade, de negócios obscuros e de situações propiciadoras de violência para os cidadãos, que devem ser evitados. Frisou que quando se congrega muita gente e quando estão envolvidos este tipo de negócios acontecem, muitas vezes, excessos de vários tipos, comentando que, eventualmente, a comunidade e a sua qualidade de vida é que irão padecer. -----

Disse que o terceiro ponto que queria destacar está relacionado com o anterior, e que se prende com a visão da PSP em relação àquilo que é alocado quanto ao alargamento dos horários. Referiu que esse alargamento é, claramente, nocivo para a PSP face aos imensos constrangimentos que a mesma tem, como a exiguidade do número de efetivos e os reduzidos meios de intervenção, levando a que haja uma incapacidade para dar uma resposta cabal às situações. Salientou que para comprovar isso basta ver aquilo que já acontece presentemente, ressaltando que trabalha na área da Saúde, numa urgência hospitalar, muitas vezes ao fim de semana e à noite, e pode verificar o resultado dessas situações e comprovar a incapacidade das forças de segurança em dar uma resposta cabal às mesmas. -----

Disse que um exemplo sintomático aconteceu no período da última Viagem Medieval, onde houve um acervo bastante significativo de afluência às urgências, a horas menos próprias, reafirmando que esse exemplo é sintomático do que pode vir a acontecer pelo que, no seu entendimento, tais situações deverão ser evitadas e, para isso, é preciso promover as boas práticas. -----

Concluindo a sua intervenção recordou que, na última sessão da Assembleia, falou a respeito de umas cartas remetidas pela Indaqua Feira a alguns munícipes e que a Câmara respondeu dizendo que não tinha conhecimento dessas cartas. Referiu que, assim sendo, conseguiu arranjar fotocópia de uma delas, remetida pela Indaqua Feira a uma senhora residente em Louredo, salientando que na carta está vertida a visão da Indaqua Feira e que, no seu



entendimento, é claramente atentatória daquilo que são os direitos que a concessionária tem, designadamente ao querer arrolar despesa para o contribuinte, neste caso, para a cidadã feirense. Disse que deixava à Mesa da Assembleia essa fotocópia para que, através da mesma, fosse veiculada à Câmara Municipal – procedendo, de seguida, à entrega da mesma à Mesa da Assembleia. -----

Interveio o membro **Eduardo Rocha** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Partido Socialista em reunião de Câmara já transmitiu as suas reservas quanto a alguns aspetos da proposta do regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Santa Maria da Feira.-----

Seja da proposta do regulamento em si, quer quanto à forma como se chegou à proposta. -----

Defendemos que na elaboração da proposta, se realmente se pretendia uma maior envolvência da população e participação do cidadão e das organizações de cidadãos, deveria ter havido uma maior publicitação aquando da consulta pública e um contacto maior com os moradores, por ex. através de associações de moradores. -----

É verdade que foram cumpridos todos os formalismos de publicitação, nomeadamente a publicação em DR, mas quantos Feirenses souberam verdadeiramente que tal proposta de regulamento estava em discussão? -----

Preocupa-nos principalmente que o equilíbrio que se procura entre os diversos interesses em presença – a segurança pública e o direito ao descanso dos moradores por um lado e os interesses dos proprietários dos estabelecimentos e da economia local por outro – não seja conseguido na prática. Os horários de funcionamento pela madrugada dentro, com possibilidade de tolerâncias e ainda de alargamentos, parece-nos que poderá prolongar em demasia o funcionamento dos estabelecimentos, correndo o risco em alguns casos específicos de estarem abertos durante toda a noite, com natural prejuízo para os moradores e a sua qualidade de vida. -----

Dessa preocupação comunga a DECO e a PSP, duas entidades com larga experiência nestas questões, principalmente a PSP com um conhecimento privilegiado obtido no terreno. O seu parecer desfavorável ao alargamento para além das 4 horas da manhã na zona histórica da Feira e demais locais em que coexistam zonas habitacionais é perentório, pois estão em causa



o direito ao repouso e à qualidade de vida dos moradores, bem como a possibilidade de alterações da ordem e paz pública. -----

Ainda que compreendendo que os bares atingem o seu maior pico de atividade cada vez a horas mais tardias, sendo uma questão cultural que provavelmente não poderemos controlar, confrontando os interesses em questão, somos da opinião que com este regulamento tal equilíbrio não é obtido, razão por que não iremos votar favoravelmente.”-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, tratando-se de uma matéria difícil de consensualizar, considera que o regulamento está equilibrado e que julga ter havido erros de interpretação da pronúncia feita pela PSP, designadamente quando recomenda que não se prolongue o horário na altura da Viagem Medieval. -----

Sobre isso, salientou que a Câmara reserva-se ao direito de prolongar o horário em situações excepcionais, como na passagem de ano, e outras, ressaltando que o território de Santa Maria da Feira também tem de ser competitivo a esse nível e que é bom que tenha esse tipo de noite para que os seus jovens possam estar mais perto, em vez de irem para outros lados. -----

Disse considerar o membro Eduardo Rocha como uma pessoa sensata, com quem falou várias vezes, pelo que ficou admirado ao ter visto o mesmo prestar-se ao uso de certa argumentação. Referiu até admitir que um ou outro morador não se tenha apercebido da discussão pública do regulamento, que decorreu durante 30 dias, mas que não admite que um membro desta Assembleia diga que desconhecia este regulamento e que não se tinha pronunciado, quando o mesmo foi discutido na Câmara e, posteriormente, submetido para discussão pública. -----

Concluindo, reafirmou considerar que o regulamento está equilibrado e que procura respeitar os interesses dos moradores e o direito destes ao descanso, bem como a segurança pública, apesar de um ou outro excesso que, porventura, possa ocorrer. -----

Interveio novamente o membro *Eduardo Rocha* (PS) que começou por comentar que se o Sr. Presidente da Câmara o conhece bem então sabe que ele não diz as coisas por dizer, salientando que o regulamento esteve, de facto, em discussão pública mas que somente hoje foi presente a esta Assembleia Municipal para ser discutido e votado, pelo que esta é a primeira oportunidade que tem para, enquanto membro deste órgão, se pronunciar sobre o regulamento. -----



Reafirmou entender que há alguma perigosidade no alargamento dos horários, que tem muitas reservas quanto ao número 2 do artigo 11.º do regulamento porque introduz uma discricionariedade administrativa que, sabendo que tem de haver, entende que deve ser diminuída para que a aplicação do regulamento seja o mais objetiva possível. -----

Referiu que, fazendo algumas contas, pode concluir-se que, na zona histórica de Santa Maria da Feira, é possível o estabelecimento estar aberto durante toda a noite dado que a Câmara pode, mediante requerimento do interessado, autorizar o alargamento do horário de funcionamento sem que seja preciso pedir parecer às entidades indicadas, como as juntas de freguesia e as forças de segurança. -----

Frisou não estar somente em causa o período da passagem de ano, mas também o período da Viagem Medieval, do Natal, do S. João, do Imaginarius, entre outros, comentando que há quase um ano inteiro de ocasiões especiais em que o horário pode ser alargado, podendo o estabelecimento ficar aberto das 6 horas da manhã até às 6 horas do dia seguinte, pelo que questionava qual seria o descanso dos moradores da zona histórica.-----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que reafirmou que a razão da exceção será para os momentos de exceção, explicando que a exceção não é a regra, que a regra é que os estabelecimentos encerrem às 02h00, ressaltando que caso a Câmara não regulamentasse essa questão então, aí sim, os estabelecimentos poderiam ficar abertos toda a noite. -----

Salientou que o membro Eduardo Rocha transformou a exceção na regra e está a considerar a Câmara, o seu Presidente e Vereadores, como irresponsável, que não ouve ninguém e age de má-fé para permitir que os estabelecimentos funcionem 24 horas por dia.-----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara sublinhou que a situação de exceção é para os momentos de exceção, frisando que a sensatez, a audição e a percepção do que se passa no território irá, com certeza, fazer parte da decisão da Câmara. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 28, IND.), 12 votos contra (PS: 10, CDU, CDS-PP) e 5 abstenções (BE, PS: 4 – Augusto Santos, Rui Alves Rios, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), aprovar o Regulamento do Horário de Funcionamento dos



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Válter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“A declaração de voto prende-se com uma justificação que queremos dar, que não temos algo contra as pessoas que têm os seus comércios, que possam estar abertos. Claramente somos contra só pela equidade, do trato similar em cidadãos que, de facto, operam na mesma área do Concelho, na mesma área de proximidade. -----

Também sobre o facto de esta exceção poder promover a dita centralidade e, cumulativamente a ela, situações menos próprias que são perniciosas para a comunidade e, neste caso, para Santa Maria da Feira.”-----

Saiu o membro Rui Ribeiro. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que, estando decorridas as 4 horas de duração da reunião previstas no Regimento, submetia à consideração do plenário a questão da continuidade dos trabalhos. Após informar a assembleia quanto às grelhas de tempos definidas, em reunião da Comissão Permanente, para os restantes pontos da Ordem do Dia, referiu que a proposta da Mesa é no sentido da continuidade dos trabalhos até ao término da Ordem do Dia. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 27, PS: 4, CDS-PP, IND.), 9 votos contra (PS: 7, CDU, BE) e 3 abstenções (PS), aprovar a proposta da Mesa. -----

Por conseguinte, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a introduzir o ponto n.º 11 da Ordem do Dia. -----

11 – Edifício da antiga Escola da Viela – Rio Meão-----

- Constituição de direito de superfície-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 4 de abril de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros



desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Amorim Duarte* (PS) que referiu que a Câmara Municipal, nesta matéria, não tem tratado de igual forma as juntas de freguesia bem como as associações. Salientou que, nuns casos, celebra contratos de comodato com as associações que mostrem interesse, noutros casos põe as escolas à venda, e agora está a utilizar a constituição do direito de superfície. -----
Disse que, naturalmente, cabe à Câmara Municipal a responsabilidade nestes assuntos mas que, no seu entendimento, existe diferenciação no tratamento com as juntas de freguesia e com as associações. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que respondeu dizendo não haver diferenciação. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, CDS-PP, IND.) e 2 abstenções (CDU, BE), aprovar, sob proposta da Câmara, a constituição do direito de superfície sobre o prédio em questão a favor da Freguesia de Rio Meão, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 4 de abril de 2016. -----

12 – Pedido da Associação Empresarial de Santa Maria da Feira, de isenção de taxas de ocupação de espaço público -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 21 de março de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, CDS-PP, IND.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, a isenção total do valor da taxa a liquidar pela Associação em referência, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 21 de março de 2016.-----



13 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2015-2016 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 7 de março de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 45 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas respeitantes às Juntas de Freguesia, referente ao Programa em epígrafe e para a época 2015-2016, nos termos do quadro mencionado na deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 7 de março de 2016 – quadro esse cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Reentrou o membro Rui Ribeiro. -----

14 – Procedimento “Prestação de serviços profissionais de apoio à operação e dos projetos de evolução e modernização dos sistemas de informação do Pelouro de Planeamento, Urbanismo e Transportes” -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 21 de março de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que o contrato público do procedimento em questão tem o valor de 74.600 € e que, portanto, fica apenas a 400 € de ser um contrato que não poderia ser adjudicado por ajuste direto.-----

Referiu que duas das empresas contactadas não têm mais nenhum tipo de contrato público a não ser o que têm com o Município de Santa Maria da Feira, que uma delas foi constituída em 2015, salientando causar estranheza ao grupo municipal do PS que tenham sido convidadas



estas empresas, e não outras, para prestar um serviço relevante para o Município. -----
Concluiu dizendo que as razões que apontou levam a que o grupo municipal do PS tenha
algumas reticências em relação a esta matéria, pelo que votaria com a abstenção. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que fez notar que em causa está um
procedimento de concurso com consulta a três empresas, realçando que a área da informática
é uma área altamente especializada. -----

Concluindo, disse desconhecer que o Código da Contratação Pública obrigue a que as
empresas tenha uma determinada antiguidade, como 35 anos de idade ou algo do género. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal
deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.), 2 votos contra (CDU,
BE) e 14 abstenções (PS), autorizar a assunção do compromisso para 2017, inerente ao
procedimento em epígrafe, no montante de 28.233,20 €. -----

**15 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2015 (para
conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, remetido à Mesa pelo
Sr. Presidente da Câmara Municipal, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º
3.411, em 23 de março de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os
membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra
relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da
Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do documento em
epígrafe. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, por acordo da Comissão
Permanente, o ponto n.º 17 Ordem do Dia seria discutido previamente ao ponto n.º 16, de
forma a agilizar os trabalhos e dado o ponto n.º 16 envolver uma votação por escrutínio
secreto. -----

Tendo obtido a concordância da Assembleia quanto a esta questão, o *Sr. Presidente da*



Assembleia passou, então, a introduzir o ponto n.º 17 da Ordem do Dia. -----

Saiu o membro Daniel Gomes.-----

17 – Requalificação da Rede Vária do Concelho (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Lia Ferreira, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.599, em 20 de abril de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Lia Ferreira para fazer a apresentação dessa recomendação. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Concelho de Santa Maria da Feira é acentuadamente marcado pela falta de tradição de definição estratégica global. Uma passagem pelo território permite, facilmente, identificar freguesias mais e menos desenvolvidas. -----

Do mais urbano possível ao mais rural imaginado, com caminhos tortuosos à mistura, este é o nosso Concelho. -----

Podíamos e queremos ter um Concelho que possa ser conhecido e reconhecido pelos espaços verdes organizados e de qualidade. -----

Podíamos e queremos ter um Concelho conhecido pelo seu toque de ruralidade num território ordenado e organizado. -----

Neste momento, o que temos é um Concelho retalhado, do qual os transeuntes só conhecem o Castelo, as Termas, a Cortiça e a Feira Medieval. -----

O Partido Socialista considera o investimento que está a ser feito, em pavimentação da rede -----



viária é urgente e necessário. No entanto, alertamos para o facto de não ser ainda o suficiente. Não contempla quaisquer preocupações infraestruturais ou vontade de hierarquização desta Rede. -----

Para a pavimentação faseada, a Autarquia prevê um investimento total de 1.529.877,48 € (854.337,47 € na 1.ª fase e 675.540,01 € na 2.ª fase). Este investimento não traduz tacitamente cuidados de infraestrutura, relativamente a: escoamento de águas, passeios, implantação de árvores, sinalética, iluminação mais económica e eficiente, etc. -----

O Partido Socialista valoriza este esforço e investimento de pavimentação, urgente e tardio. Pese, embora o facto, de apenas estarem a ser resolvidos, temporariamente, alguns constrangimentos de circulação automóvel. A durabilidade destes pavimentos será curta, atendendo à falta de cuidados infraestruturais. Por isso mesmo, todo este investimento, terá um prazo de validade muito curto, demasiado curto para o efeito pretendido. -----

Em muitas situações, como é o caso da Rua dos Burgos de Ryfana, em Arrifana, existe tapete betuminoso novo, mas não há qualquer apontamento infraestrutural para o escoamento de água. Os tubos de queda da fábrica fazem ligação direta das águas pluviais ao asfalto. O acumular de águas vai rapidamente danificar o pavimento e dificultar a passagem pedonal, tendo em conta que não há qualquer sinal de passeios. -----

Porque queremos um Concelho melhor e digno das suas gentes, vimos propor medidas que consideramos serem essenciais para o correto e bom desenvolvimento urbano, económico e social. -----

A Assembleia Municipal, reunida em 29 de abril de 2016, recomenda à Câmara Municipal: ---

1. Elaboração de Plano Estratégico para médio e longo prazo; -----

• Definição de hierarquia viária; -----

• Criação de infraestruturas; -----

• Garantia de segurança e conforto viário e pedonal. -----

2. Prestação de informação, com base na transparência, no que diz respeito ao Plano Estratégico:-----

• Publicação do Plano Estratégico no Site Municipal;-----

• Reuniões nas diversas Juntas de Freguesia para informar a população local acerca do que está previsto para a sua freguesia.” -----

A deputada municipal Lia Ferreira, durante a sua intervenção, mostrou, através de dispositivo



eletrónico, algumas fotografias para ilustrar algumas das situações que falou. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que todos estão de acordo que o espaço público seja organizado da melhor maneira possível, para que todos tenham o seu espaço, salientando, contudo, que aquilo que a deputada Lia Ferreira disse, na explanação que fez, não reflete aquilo que está escrito na recomendação, ressaltando que o que está escrito na recomendação é uma coisa pacífica e que teria a concordância de todos. ----

Quanto à questão da hierarquização das vias, disse que essa hierarquização está definida no Plano Diretor Municipal (PDM) que muito recentemente entrou em vigor, pelo que hierarquização mais atualizada do que aquela que consta no PDM é impossível. -----

Sobre as pavimentações disse que a preocupação demonstrada pelo PS prende-se com o facto de as obras estarem a ser feitas, fazendo sobressair que a 1.^a fase de pavimentações está a ser concluída, que a 2.^a fase já foi lançada, que a 3.^a fase, como dito pelo Sr. Presidente da Câmara, será presente na próxima reunião de Câmara, e que as fases seguintes de pavimentações estão já a ser organizadas. -----

Concluindo a sua intervenção disse que estar a falar em reavaliação e hierarquização das vias numa altura em que as obras já estão em execução é querer enterrar uma coisa que está a ser feita, frisando que parte das obras até já estão concluídas. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou a sua intervenção comentando algumas das imagens exibidas pela deputada municipal Lia Ferreira, informando, a respeito da imagem que mostrou um abatimento de um piso que ocorreu em Fiães, que esse abatimento se deveu a uma mina que cedeu, ressaltando existirem diversas situações dessas no território que, muitas vezes, não são do conhecimento geral mas que acontecem. -----

Sobre a imagem relativa a um tubo de queda das águas pluviais de uma fábrica, disse ser prática recorrente descarregar as águas na berma da estrada ou no passeio, para depois serem recolhidas para o sistema de drenagem. -----

Sobre a questão das pavimentações, disse querer agradecer o elogio feito pela Lia Ferreira à qualidade das pavimentações, salientando já ter ouvido dizer, em determinados momentos, que aquilo que a Câmara estava a fazer era a tapar buracos. -----

Ainda a respeito das pavimentações disse haver uma fase para pensar e outra para executar,



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

fazendo sobressair que, neste momento, a Câmara não está na fase de planeamento, frisando que, como dito pelo membro José Leão, o planeamento e a hierarquização das vias foi feita em sede da revisão do PDM. -----

Salientou que o planeamento faz-se a partir do existente e que, nessa matéria, o território do Concelho não é o ideal, realçando que a maior parte das freguesias têm ruas com dezenas ou centenas de anos que, muitas vezes, não têm largura suficiente para que passe um carro pelo outro e que oferecem grande dificuldade para que se consiga contruir um passeio, destacando ser essa a realidade do território concelhio. -----

Reafirmou que a fase do planeamento já foi ultrapassada, estando-se na fase da execução, pelo que a Câmara não iria voltar atrás e refazer o planeamento, sublinhando que esse trabalho da hierarquização das vias já foi feito, em conjunto com as juntas de freguesia, daí as pavimentações terem sido divididas por diversas fases. -----

Referiu que, primeiramente, foi dada prioridade às ruas que têm mais movimento, depois, numa segunda fase, às ruas que ligam freguesias, e assim sucessivamente, até chegar às ruas menos movimentadas. Disse que, para além dessas pavimentações genéricas que estão a ser executadas pelos serviços camarários, há situações pontuais para as quais será necessário fazer um projeto específico, devido a determinadas circunstâncias que apresentam, salientando ter sido o caso da Rua do Outeirinho, em Santa Maria de Lamas. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu, em relação à questão do planeamento estratégico, que esse planeamento fez parte do processo, que teve a participação das juntas de freguesia e que, agora, as obras estão em fase de execução. -----

Interveio novamente a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer ter ficado mais preocupada depois do que ouviu, salientando que pensava que a Câmara estava, efetivamente, a fazer pavimentações para tapar buracos, porque causavam muitos estragos nos carros. Referiu que quando foi tirar as fotografias que exibiu encontrou pessoas a circular na rua devido à falta de passeios, pelo que pensou, de boa-fé, que a Câmara estava a fazer investimento nas pavimentações porque iria fazer planeamento, comentando que, se assim não é, então a recomendação do PS ainda mais se justifica. -----

Referiu não ser o PDM que define quais as ruas que vão, ou não, ser requalificadas, fazendo sobressair que o PDM é a base e que, depois, há um monte de trabalho que é preciso fazer,



salientando que já lá vão quase 40 anos sem que a Câmara tivesse feito um bom planeamento pelo que não lhe surpreende que se fale de ruas onde não é possível construir passeios. -----
Frisou ser por isso que o PS quer que seja feito planeamento, que as coisas sejam estruturadas, que se façam bons investimentos para médio/longo prazo e, daí, defender que se pense o futuro com cuidado, com estudos, com projetos, com planos estruturais e estratégicos. -----
Salientou ser isso mesmo que é dito na recomendação apresentada pelo PS, designadamente que seja elaborado um Plano Estratégico para médio e longo prazo, onde se defina a hierarquia viária, a criação de infraestruturas, a garantia de segurança e conforto viário e pedonal, bem como que seja prestada a informação, com base na transparência, no que diz respeito a esse Plano Estratégico, publicando-o no site municipal e efetuando reuniões nas diversas juntas de freguesia para informar a população acerca do que está a ser previsto para a sua freguesia. -----

Frisou que, portanto, não percebia onde estava a contradição entre aquilo que falou, na sua intervenção anterior, e aquilo que consta da recomendação, dizendo ser da opinião que não poderia ser mais coincidente. -----

Concluindo, a deputada municipal Lia Ferreira referiu que aquilo que sabe é que enquanto se pensar que se está a fazer uma grande coisa só porque se coloca asfalto nas ruas, sem que se queira saber do futuro a médio e longo prazo, sem que se queira capacitar o território de melhores recursos, melhores infraestruturas e melhor imagem, então que o município de Santa Maria da Feira nunca passará daquilo que tem, comentando ser isso que, pelos vistos, o Executivo PSD da Câmara quer. -----

Usou da palavra – a pedido do Sr. Presidente da Câmara – o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, **José Manuel Oliveira**, que disse que não podia deixar de fazer algumas reflexões porque deu-lhe a ideia de que a Arquiteta Lia Ferreira é a única pessoa que sabe como se faz planeamento e requalificação. -----

Realçou haver uma grande diferença entre fazer pavimentação e requalificação e que foi a própria Lia Ferreira a dizer que a Câmara estava a fazer pavimentações, ressaltando que a Câmara está, de facto, a fazer algumas repavimentações de vias e, em alguns pontos onde é necessário, a fazer projetos de requalificação de vias. -----

Salientou que os técnicos da Câmara são competentes e que têm a sua plena confiança, que



não sabem menos do que a Lia Ferreira ou do que outra pessoa qualquer, dando nota que a pessoa que chefia a equipa de planeamento da Câmara é o Arquiteto Nuno Pinheiro, que até foi professor da Lia Ferreira na faculdade. -----

Frisou que a Câmara tem bons técnicos e que não podia deixar de defender o bom nome deles, destacando que, ao contrário do que diz a deputada municipal Lia Ferreira, a Câmara tem planeamento estratégico e tem hierarquia viária, salientando que só por má-fé é que a mesma não admite que o PDM define a hierarquia e os perfis transversais tendenciais para as ruas, que, depois, são vertidas no planeamento que é feito. -----

Disse que é preciso haver honestidade entre as pessoas e ter a noção dos constrangimentos que o território tem, realçando haver situações em que se consegue requalificar muito bem mas que há, também, situações em que a necessidade de tapar buracos leva a que se faça pavimentações, porque é isso que se torna urgente fazer. -----

Concluindo, salientou que se a deputada municipal Lia Ferreira não percebeu que o planeamento das pavimentações passou por pavimentar as ruas no território com mais trânsito e onde passam mais pessoas, então é porque não percebe nada de planeamento. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que esclareceu nunca ter posto em causa a qualidade dos técnicos municipais, ressaltando que os técnicos cumprem ordens e que tem a certeza que, caso lhes seja dito para fazerem planeamento para médio e longo prazo, farão muito bem esse trabalho. -----

Disse que aquilo que lhe parece é que são feitas pavimentações em alturas próximas das eleições, o que é diferente de fazer planeamento, realçando não ser a única pessoa que sabe de planeamento mas que percebe quando é que está a ser feito planeamento e quando não está, e que também sabe que é possível fazer muito melhor no território de Santa Maria da Feira. -----

Sublinhou que, com a recomendação que apresentou, o PS pretende um Concelho melhor porque acredita que o mesmo tem potencial para muito mais, destacando que o PDM dá uma base para trabalhar e que o PS está a pedir que, a partir dessa base, se planeie o futuro do Concelho. Referiu que quem vem visitar o Concelho vem de passagem, vem à Viagem Medieval e vai-se embora, acrescentando que as pessoas não vêm passar um domingo ou um feriado a Santa Maria da Feira porque este não é um concelho atrativo. -----

Sublinhou que aquilo que o PS está a propor é dar qualidade de vida a quem vive no Concelho



[Handwritten signature]
[Handwritten number 6]

e dar condições e razões para que quem não vive venha visitá-lo e queira ficar, dizendo não perceber por que razão não se há de aceitar a recomendação uma vez que a Câmara também diz estar interessada no futuro e no planeamento do Concelho, pelo que quer o mesmo que está escrito na recomendação, questionando se isso se deve ao facto de ser uma recomendação proposta pelo PS.-----

Concluindo, disse não ser uma expert em nada mas que sabe trabalhar, dizendo estar disponível para ajudar porque gosta de Santa Maria da Feira e porque acredita que há muito para fazer no Concelho, ressaltando que a recomendação vem dizer que o grupo municipal do PS acredita que isso é possível de ser feito.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para realçar que o concelho de Santa Maria da Feira é atrativo, que recebe muitos visitantes e turistas, cada vez mais, e que queria deixar bem claro que Santa Maria da Feira é uma terra extremamente aprazível.-----

Disse não poder aceitar a oferta da deputada municipal Lia Ferreira para trabalhar com a Câmara uma vez que a Câmara tem melhores arquitetos, um dos quais, como já mencionado, que até foi professor da Lia Ferreira, e também porque se a Câmara dá ordens aos seus técnicos para fazerem mal, como disse a Lia Ferreira, então também lhe daria ordens para fazer mal, pelo que de nada adiantaria, tendo a deputada municipal *Lia Ferreira* retorquido dizendo que já tinha emprego, que apenas se tinha disponibilizado para ajudar.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor da recomendação (PS: 11, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 28, IND.) e 3 abstenções (CDS-PP, PS: 2 – Rui Alves Rios e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Saiu o membro Fernando Sousa.-----

16 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira-----
- Designação de uma pessoa de entre cidadãos eleitores para substituição de Casimiro Loureiro Dias de Pinho (deliberação de 10/02/2012)-----



2016
6

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício enviado pela Sr.^a Presidente da Comissão em epígrafe, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 4.217, em 22 de março de 2016, documento esse enviado oportunamente a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Nesse âmbito, deu nota da entrada na Mesa de duas propostas, uma apresentada pelo grupo municipal do PSD – que designou por proposta A – propondo a cidadã eleitora Mónica Dias Ferreira, e outra apresentada pelo grupo municipal do PS – que designou por proposta B – propondo o cidadão eleitor Carlos Manuela da Silva Fonseca para integrar a modalidade alargada da Comissão em epígrafe, para substituição do Sr. Casimiro Pinho. -----

Seguidamente passou a submeter essas propostas, por escrutínio secreto, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 28 votos, designar a cidadã eleitora Mónica Dias Ferreira para substituir o cidadão Casimiro Loureiro Dias de Pinho na modalidade alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira. -----

A proposta B obteve 12 votos. -----

Foram escrutinados, ainda, 2 votos em branco e 2 votos nulos. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 2 horas e 15 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

[Assinatura]

O 1.º Secretário,

[Assinatura]

O 2.º Secretário,

[Assinatura]